

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA SILVA TAVARES

LUGAR DE MULHER:

casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL

MACEIÓ

2024

CAMILA SILVA TAVARES

LUGAR DE MULHER:

casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque.

Maceió

2024

CAMILA SILVA TAVARES

LUGAR DE MULHER:

casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Documento assinado digitalmente
 **AUGUSTO ARAGAO DE ALBUQUERQUE**
Data: 02/10/2024 12:05:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Orientador - Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque)

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **MANUELLA MARIANNA CARVALHO RODRIGUES**
Data: 03/10/2024 18:24:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora interna – Prof.^a Dr.^a Manuella Marianna C. R. de Andrade)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIA TONE FERREIRA HIDAKA**
Data: 07/10/2024 19:43:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora Interna – Prof.^a Dr.^a Lúcia Tone Ferreira Hidaka)

Documento assinado digitalmente
 **LETICIA BRAYNER RAMALHO**
Data: 16/10/2024 10:13:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora Externa – Arq.^a M^a Letícia Brayner Ramalho)

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

T2311 Tavares, Camila Silva.

Lugar de Mulher: casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL / Camila Silva Tavares. – 2024.
93 f.

Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e urbanismo)
– Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 90-92.

Apêndice: f. 93.

1. Projeto arquitetônico. 2. Casa de acolhimento. 3. Violência contra as mulheres - Maceió (AL). 4. violência familiar. I. Título.

CDU: 725.5: 396(813.5)

“(...) os que se ocupam das necessidades de uma parcela bem reduzida da sociedade, os autores da serena tomada de anotações dos fatos, os que não fazem escândalo, estão, com certeza, de outro lado”.

(Lina Bo Bardi)

Esse documento só pôde existir através das mulheres da minha família.

Elas ainda esperam que eu retorne,

um dia eu volto à Bahia.

RESUMO

Este trabalho se trata de um anteprojeto de uma Casa de Acolhimento, prevista nas Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência (Brasil, 2011), tendo como público alvo mulheres em situação de violência doméstica. Localizado no bairro Barro Duro em Maceió-AL, a unidade prevê apoio psicossocial, além de suporte que auxilie na sua independência, através de oficinas de capacitação técnica e auxílio nos cuidados dos seus menores dependentes, a fim de possibilitar à mulher a desvinculação econômica e/ou afetiva do seu agressor, propiciando a denúncia e o afastamento deste. Para tanto, foram estudados projetos correlatos, no sentido de verificar as potencialidades e fragilidades encontradas nestes, aliado ao conhecimento de diretrizes e leis nacionais, indicadores sociais e órgãos internacionais, a fim de formular uma proposta que seja condizente com o cenário brasileiro, respeitando a realidade da mulher alagoana.

Palavras-chave: Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência Doméstica; projeto de arquitetura; Maceió.

ABSTRACT

This work is a project for a Shelter House, as provided for in the National Guidelines for Sheltering Women at Risk and Violence Situations (Brazil, 2011), targeting women in situations of domestic violence. Located in the Barro Duro neighborhood in Maceió-AL, the unit offers psychosocial support, as well as support that helps women become independent, through technical training workshops and assistance in caring for their dependent minors, in order to enable women to disengage economically and/or emotionally from their aggressors, enabling them to report and remove them. To this end, related projects were studied in order to verify their strengths and weaknesses, combined with knowledge of national guidelines and laws, social indicators and international agencies, in order to formulate a proposal that is consistent with the Brazilian scenario, respecting the reality of women from Alagoas.

Keywords: Reference Center for Women in Situations of Domestic Violence; architectural project; Maceió.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: “Paradoxos machistas – a limpeza da casa” | 16 |
| Figura 2: O Ciclo da Violência | 21 |
| Figura 3: Linha do Tempo de instrumentos voltados à violência contra a mulher | 25 |
| Figura 4: Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres..... | 26 |
| Figura 5: Relação da Casa Abrigo com os equipamentos urbanos | 29 |
| Figura 6: Áreas de Abrangência da Casa Abrigo..... | 30 |
| Figura 7: Vista frontal da fachada do projeto | 46 |
| Figura 8: Vista interna para o jardim interno..... | 47 |
| Figura 9: Planta baixa térrea da edificação | 48 |
| Figura 10: Planta baixa superior da edificação | 49 |
| Figura 11: Vista de acesso | 50 |
| Figura 12: Hall de acesso | 51 |
| Figura 13: Planta baixa da edificação | 51 |
| Figura 14: Vista interna | 52 |
| Figura 15: Vista interna | 53 |
| Figura 16: Vista da fachada principal | 53 |
| Figura 17: Representação realista da proposta Fachadas..... | 55 |
| Figura 18: Diagrama destaca o terreno no bairro Barro Duro, inserido nos limites urbanos de Maceió | 56 |
| Figura 19: Mapeamento da violência doméstica nos bairros de Maceió – Os 5 bairros mais violentos (em quantidade de mortes) em 2012, com as principais vias de acesso ao Bairro Barro Duro | 58 |
| Figura 20: Mapeamento dos equipamentos urbanos relativos ao combate à violência contra a mulher existentes na cidade de Maceió..... | 59 |
| Figura 21: Recorte do Mapa de Zoneamento Urbano de Maceió | 60 |
| Figura 22: Localização do terreno com marcação da geometria do lote..... | 63 |
| Figura 23: Foto do terreno visto da rua (Vista A)..... | 64 |
| Figura 24: Foto do entorno (Vista B) | 64 |
| Figura 25: Mapeamento de uso e ocupação do solo em recorte do bairro do Barro Duro | 65 |

| | |
|--|----|
| Figura 26: Croqui de estudo preliminar | 66 |
| Figura 27: Diagrama solar com ventos predominantes | 68 |
| Figura 28: Rosa dos Ventos para cidade de Maceió (velocidades) | 69 |
| Figura 29: Rosa dos Ventos para cidade de Maceió (frequência)..... | 69 |
| Figura 30: Diagrama de acessos e fluxos ao terreno | 70 |
| Figura 31: Fluxograma de atividades | 74 |
| Figura 32: Setorização do programa | 75 |
| Figura 33: Representação realista da proposta | 76 |
| Figura 34: Representação realista da proposta | 77 |
| Figura 35: Diagrama dos tipos de acomodação | 79 |
| Figura 36: Representação realista da proposta Acesso dos dormitórios..... | 80 |
| Figura 37: Representação realista da proposta Área externa..... | 81 |
| Figura 38: Representação realista da proposta Área externa..... | 81 |
| Figura 39: Axonometria explodida da cobertura principal da proposta | 82 |
| Figura 40: Corte esquemático da cobertura principal..... | 83 |
| Figura 41: Fachadas..... | 85 |
| Figura 42: Fachada Norte | 85 |
| Figura 43: Vista superior perspectivada..... | 86 |
| Figura 44: Acesso principal..... | 86 |
| Figura 45: Acesso principal..... | 87 |
| Figura 46: Vista geral da edificação..... | 87 |
| Figura 47: Área de convivência privativa | 88 |
| Figura 48: Acesso aos dormitórios | 88 |
| Figura 49: Área externa | 89 |
| Figura 50: Área externa | 89 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Matriz de Serviços, adaptada do Manual de Atendimento: Casas de acolhimento para mulheres em situação de violência (Casa Abrigo e Casa de Passagem) | 27 |
| Quadro 2: Adaptado de Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência | 28 |
| Quadro 3: Destaque dos Estados do Nordeste de Taxas de homicídio por 100 mil mulheres, referente aos anos 2006, 2014 e 2015 | 42 |
| Quadro 4: Quadro Síntese de análise do projeto: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects | 49 |
| Quadro 5: Quadro Síntese de análise do projeto: Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência ORIGEN 19º41'53" | 54 |
| Quadro 6: Parâmetros Urbanísticos exigidos para o projeto retirados do Código Urbanístico de Maceió, 2007 | 61 |
| Quadro 7: Recorte do uso Não Residencial retirado do Código Urbanístico de Maceió | 61 |
| Quadro 8: Quadro resumo de parâmetros urbanísticos por zona e corredor urbano, retirado do Código Urbanístico de Maceió | 62 |
| Quadro 9: Plano de necessidades arquitetônicas com área | 72 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Experiência vivenciada X Percepção da violência doméstica..... | 24 |
| Gráfico 2: Distribuição de Casas-Abrigo, por região (unidades) | 31 |
| Gráfico 3: Brasil: Evolução da Taxa de Homicídios, por Raça/Cor (2009 a 2019) | 35 |
| Gráfico 4: Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa etária, Brasil, 2009 | 36 |
| Gráfico 5: Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa de rendimento domiciliar per capita, Brasil, 2009 | 36 |
| Gráfico 6: Vítimas de Femicídio, por semestre. Brasil, 2019-2021 | 37 |
| Gráfico 7: Registros de estupro e estupro de vulnerável, vítimas do gênero feminino. Brasil, por semestre, 2019-2021 | 38 |
| Gráfico 9: Você acredita que a situação de pandemia influenciou para agravar de algum modo a violência que você sofreu? | 40 |
| Gráfico 10: Quais dos fatores abaixo você considera que mais influenciaram para a ocorrência de violência que você sofreu? | 40 |
| Gráfico 11: Pensando nos últimos 12 meses, desde o início da pandemia de covid-19, você sofreu algum tipo de violência ou agressão? Por faixa etária, Brasil, 2021 | 41 |
| Gráfico 12: Violência doméstica X Raça/cor..... | 43 |
| Gráfico 13: Mulheres assistidas 2018-2021 | 44 |
| Gráfico 14: Percentual de violência doméstica dos municípios de maior incidência em 2021 | 45 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| DEAM | Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher |
| CNDM | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher |
| Convida | Centro de Convivência para Mulheres vítimas de violência |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| FBSP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| SPM | Secretaria de Política para as Mulheres |
| SAMVVIS | Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual |
| SM | Salário mínimo |
| MS | Ministério da Saúde |
| SIM | Sistema de Informações sobre Mortalidade |
| CEAM | Centro Especializado em Atendimento à Mulher em situação de violência |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | O CICLO DA VIOLÊNCIA | 20 |
| 2.1 | Expressões de Violência | 21 |
| 3 | INSTRUMENTOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | 25 |
| 3.1 | Lei Maria da Penha e Feminicídio | 32 |
| 3.2 | Indicativos sociais | 34 |
| 4 | CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 (RECORTE 2020-2021) | 37 |
| 5 | RECORTE ESPACIAL | 42 |
| 6 | ESTUDO DE CASO | 46 |
| 7 | PROPOSTA | 55 |
| 7.1 | Inserção Urbana | 56 |
| 7.2 | Legislação Urbana e predial em Maceió | 60 |
| 7.3 | Terreno | 62 |
| 7.4 | Ocupação no terreno | 66 |
| 7.5 | Aspectos bioclimáticos | 67 |
| 7.6 | Acessos e fluxos urbanos | 70 |
| 7.7 | Princípios norteadores | 71 |
| 7.8 | Programa Arquitetônico | 72 |
| 7.8.1 | Fluxograma | 73 |
| 7.8.2 | Zoneamento | 75 |
| 7.9 | Memorial Descritivo Justificativo | 76 |
| 7.9.1 | Inserção paisagística | 76 |
| 7.9.2 | Setores | 77 |
| 7.9.3 | Sistemas construtivos | 82 |
| 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| 9 | MAQUETE ELETRÔNICA | 85 |
| | REFERÊNCIAS | 90 |
| | APÊNDICE | 93 |

1 INTRODUÇÃO

Pode ser correto afirmar que todas as mulheres são vítimas em potencial de violência doméstica, mas é incoerente dizer que todas elas têm chances iguais de serem violentadas. É comum, no entanto, a todas, o temor em ser vítima, e que esse sentimento pode ser determinante para a ocupação igualitária dos espaços e as dinâmicas de ir e vir da cidade (Engel, 2016). Da mesma maneira, não se pode descartar a violência estrutural à qual, historicamente, mulheres vem sofrendo na construção da sua (re)existência no Brasil e no mundo. Essas dinâmicas estão inseridas no inconsciente coletivo e afetam expressivamente alvos específicos, como mulheres negras, jovens, e de baixa renda.

De acordo com Carneiro (2017) raça e gênero são camadas que historicamente reproduzem discriminações e subalternidades, fatores estes geradores de desigualdades, que criaram ao longo do tempo assimetrias sociais. Dessa forma, é possível entender que mulheres e, sobretudo, mulheres negras, se encontram em uma posição de maior vulnerabilidade social. Assim, trabalhar a questão da violência doméstica feminina deve ter como base um olhar sobre empoderamento e a luta contra a discriminação, como estes fatores sustentam a desigualdade de gênero nas relações domésticas e sociais.

No Brasil, a população feminina corresponde a 51,1% dos habitantes, o que corresponde a 5 milhões de mulheres sobre o número de homens, dado este referente ao gênero biológico de nascimento, segundo o IBGE (2021). Entender o porquê esse número não é sentido na prática, segundo a ocupação dos espaços de visibilidade e poder, é crucial para o entendimento da hegemonia masculina na sociedade. Em dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) foi divulgado que, em 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, e a cada 10 minutos uma mulher sofreu estupro no Brasil. É preciso frisar que os dados relativos à violência contra a mulher por motivação de gênero costumam ser mais alarmantes naquelas que sofrem as consequências históricas e estruturais diretas como o racismo.

Segundo relatório anual do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), a maioria dos domicílios brasileiros é liderada por mulheres (50,8%). Dentro desse grupo, 56,5% correspondem à liderança negra. Aliado a isso, o mesmo estudo apontou uma discrepância de 21% a menos nos salários das mulheres no 3º trimestre

de 2022 em relação aos homens. Ou seja, representamos maior força de trabalho, com menor renda. Esses dados apresentados reafirmam a realidade observada na prática, da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Se tratando dos domicílios monoparentais cisgênero, nesse caso, com foco na mulher, que trabalha dentro e fora de casa, desencadeia-se outro problema: a evasão escolar precoce dos filhos para participação da renda familiar através do trabalho (Dieese, 2023). Essa condição perpetua arranjos vulneráveis de família, com a consequência para a vulnerabilidade dos filhos e outros efeitos de exposição à violência, atrelados à baixa renda e cor da pele.

Enfrentar a desigualdade de gênero é crucial para quebrar pactos históricos de subalternidade da mulher na sociedade brasileira. Ainda que sejamos maioria na população, temos pouca representação política e em posição de poder, o que dificulta pautas de equidade de gênero e políticas públicas adequadas ao quadro atual do país.

A estrutura do patriarcado foi cristalizada em todo o mundo de tal forma que seu entendimento como hegemônica foi naturalizada e reforçada ao longo das sociedades. Mas nem sempre foi assim. Do Paleolítico ao Neolítico, tem-se a existência das deusas, ou mãe-terra, a partir da relação do feminino com a natureza e a perpetuação da vida humana. Porém, com a instauração de religiões patriarcais (Silva, 2015), a simbologia da sexualidade representada pelas mulheres foi se tornando imprópria e vulgar, dando lugar ao deus, masculino e singular. Os fatores que desencadearam a subalternidade do Matriarcado foram diversos ao longo das organizações sociais e muitas são as hipóteses para tal declínio. O fato é que ainda vivemos a Guerra às Bruxas diariamente, como coletivo.

Para além da política, nos últimos anos, a relação entre gênero e moradia tem sido discutida no âmbito da arquitetura e do urbanismo sobre a importância de abordar as questões enfrentadas pelas mulheres no contexto do direito à moradia adequada e uso da cidade no Brasil. No entanto, o debate sobre as desigualdades de gênero no urbanismo ainda é recente no Brasil, em comparação com outros países. A segregação espacial e as normativas sociais e urbanas refletem a perspectiva masculina como a dominante, afetando a experiência das mulheres nos espaços públicos, especialmente no transporte e no direito à cidade (Helene; Tavares, 2017).

São elas as mais afetadas pela falta de infraestrutura adequada nas áreas em que vivem, especialmente no que diz respeito ao transporte público e à iluminação das ruas.

Além do trabalho doméstico, comumente relacionado exclusivamente à mulher, elas também têm que lidar com longas distâncias entre casa, trabalho e outras responsabilidades, o que aumenta suas chances de sofrer violências, e as leva a planejar suas rotas levando em consideração o medo do assédio e violência física. Esse sentimento sobre a dupla jornada de trabalho (ou ainda, tripla), muitas vezes, é relativizado ou ignorado (Helene; Tavares, 2017).

Figura 1: “Paradoxos machistas – a limpeza da casa”



Fonte: Crocomila (2012).

O conceito de divisão sexual do trabalho foi iniciado na França, ainda nos anos 1970, impulsionado pelo movimento feminista, revelando a exploração e opressão subjacentes

relacionadas a desigualdade e a desvalorização do trabalho doméstico (Castro, 1992). Em termos históricos e culturais, no Brasil, as relações de poder entre os gêneros eram veladas pelo modelo tradicional de família, no qual o cuidado da casa e dos filhos era imposto às mulheres, como uma função inerente ao feminino e, portanto, invisível; enquanto ficava aos homens a responsabilidade financeira e de poder dentro da sociedade. Este modelo atribui à esfera reprodutiva às mulheres e a esfera produtiva aos homens, o que nutre assimetrias sociais nas relações entre gênero e trabalho (Souza, 2016).

Esse processo de visibilização à atividade doméstica não é linear. Com a consolidação das mulheres no mercado de trabalho formal, o trabalho doméstico é agregado como mais uma função, além do exercido externamente. Isso gera desvantagens para o desempenho e probabilidade de qualificação e crescimento profissional das mulheres, considerando uma jornada dupla de trabalho. Uma consequência disso é a desvalorização de tarefas associadas ao feminino e a visão estereotipada entre “trabalhos masculinos e femininos”. Portanto, a conciliação entre o trabalho remunerado (formal) e não remunerado (doméstico) precede uma escolha sobre a terceirização do cuidado dos filhos e dependentes. Visto o aumento das mulheres como chefes de família, e as famílias monoparentais, é uma realidade designar a função do cuidado à saúde e educação desses dependentes a outras pessoas, como vizinhos e familiares, ou espaços especializados, como creches e casas de apoio.

Em 2011, no exercício da ex-Presidenta Dilma Rousseff, instituiu-se a necessidade de criar-se “espaços de segurança, proteção, (re)construção da cidadania, resgate da autoestima e empoderamento das mulheres, a partir de valores feministas” através das Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. Este documento foi idealizado a partir do crescimento das denúncias de mulheres que sofrem violência doméstica, a fim de institucionalizar e padronizar o suporte, possibilitando a criação de espaços coerentes, compatíveis com a realidade brasileira. Essas diretrizes redefinem o conceito de abrigamento, englobando outros arranjos sociais violentos à mulher, a partir da lógica já conhecida como Casa-Abrigo. Sua atuação tem como propósito

A partir da Política Nacional, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações que, simultaneamente, desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero; interfiram nos padrões sexistas/ machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; permitam a

revisão/elaboração de legislações específicas; e garantam os direitos humanos das mulheres e o acesso dessas aos serviços especializados (por meio da rede de atendimento) (Brasil, 2011).

Desse modo, para além das Casas-Abrigo existentes, propõe-se a criação de casas de acolhimento provisório de curta duração, financiadas pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e pelos governos estaduais e municipais. Essas casas oferecem abrigo temporário por até 15 dias, não apenas para mulheres em risco iminente de morte devido à violência doméstica, mas também para outras vítimas de violência.

O objetivo é garantir a integridade física e emocional das mulheres e fornecer encaminhamentos adequados após uma avaliação da situação. Avaliar a gravidade de cada caso torna-se, então, uma etapa definidora dos caminhos que serão ofertados, visto que o limite entre uma agressão se tornar fatal pode ser tênue. Assim, nos casos de violência doméstica, foram instituídos critérios para avaliação do nível necessário de proteção, além do histórico do agressor, são eles:

Uso de armas brancas ou de fogo; histórico criminal; abuso de animais domésticos; histórico de agressões a conhecidos estranhos e/ou policiais; tentativa ou ideação suicida recentes; não-cumprimento de medidas protetivas de urgência; ser autor de abuso sexual infantil; histórico de agressão aos filhos; abuso de álcool ou drogas; minimização extrema ou negação da situação de violência doméstica e familiar, entre outros (Brasil, 2011).

Dessa maneira, definem-se os abrigamentos, alvo de estudo neste trabalho, com equipe multidisciplinar para fortalecer e abrigar a mulher em situação de vulnerabilidade. São duas as modalidades de acolhimento: uma de caráter sigiloso, de longa duração, conhecida como Casa Abrigo; e outra de caráter transitório, com permanência de até 15 dias, denominada Casa de Acolhimento. Em ambos os espaços, o suporte emocional é previsto como base para o fortalecimento, sendo ofertados também aconselhamentos de caráter judicial e psicológico. Para a descrição da Casa de Acolhimento, equipamento que caracteriza o projeto aqui desenvolvido, a manutenção do suporte às ex-residentes também é ofertada, com a ideia de fortalecer vínculos e tornar o empoderamento um exercício diário (Brasil, 2011).

No cenário brasileiro, são inúmeros os instrumentos destinados ao combate à violência doméstica contra as mulheres, desde delegacias especializadas, defensorias e ministérios públicos estaduais, a casas de passagem, como a Casa da Mulher Brasileira e Centros de Referência. Observa-se, assim, a existência de órgãos e leis ao enfrentamento a esse tipo de violência, porém o número de denúncias ainda é visto como desproporcional ou questionável à realidade. Isso pode ser uma consequência da coabitação da vítima com seu agressor, causando uma sensação de temor à denúncia e dependência financeira.

Por conta disso, a intenção em se instituir Centros de Referência espalhados pela cidade é tornar o Instrumento visível a partir da escala humana, e facilitar o acesso a esses espaços com quem circula na cidade, a fim de diminuir a distância física ao equipamento, e integrar o espaço a outros equipamentos urbanos, como Hospitais da Mulher e Delegacias especializadas, fortalecendo uma rede de proteção.

Visibilizar o acesso a uma rede de suporte e proteção é uma forma de trazer para o cotidiano o tema, e conseqüentemente, a reflexão sobre o enfrentamento à causa e as raízes que sustentam e nutrem a questão da violência doméstica.

2 O CICLO DA VIOLÊNCIA

O termo violência denomina o ato de violar o outro ou auto se violar. Seria um uso excessivo e desproporcional de força sobre um outro, como um comportamento deliberado a fim de causar dano físico ou psíquico, como ferimentos, humilhações, ameaças, ofensas, tortura ou morte humilhações, ameaças e ofensas. Em resumo, seria a expressão de atos contra a liberdade, a dignidade, a humanidade e o querer do outro (Modena, 2016).

Violência contra a mulher seria, portanto, qualquer ato no sentido de cercear a vontade dela, embasada na questão de gênero, que cause danos físicos, sexual, mental ou social a ela, o que inclui situações de ameaça, coerção e privação da liberdade, com impacto direto à sua estrutura emocional ou física (Audi, 2007).

Nesse sentido, se encontra no ambiente doméstico um terreno fértil para a rotinização de relações violentas (Saffioti; Almeida, 1995), visto que suas raízes se nutrem do sistema patriarcal, que reproduz relações desiguais de gênero, reforçando uma ideologia sexista que mantém o feminino como um “Segundo sexo”, como uma categoria abaixo do masculino (Beauvoir, 1967), visto aqui como seu agressor em potencial. “A violência se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais presentes nas relações micro e macrosociais, o que significa que só pode ser estudada dentro da própria sociedade [...]” (Andrade, 2009).

No caso específico da violência a partir de parceiros com vínculos afetivos, os atos se apresentam de maneira cíclica, no que é conhecido como “Ciclo da Violência”. Esse Ciclo enfatiza o porquê da dificuldade de muitas mulheres se manterem em relações danosas, pois a violência se apresenta em fases, entre momentos tranquilos do relacionamento, denominada por ela de Fase Lua-de-Mel, e fases críticas, de explosão.

Além disso, romper com o ciclo significa lidar com as consequências da liberdade, o que pode ser financeiramente ou emocionalmente inviável sem uma rede de apoio coerente com a realidade da vítima.

O agressor utiliza deste método para fazer a vítima acreditar que as explosões são casos isolados, ou como uma situação natural das relações, mas, com o passar do tempo, essa dinâmica passa a ser mais frequente e pode preceder ao ato final da violência contra a mulher, o feminicídio.

A imagem abaixo representa as fases do ciclo citado, em 3 momentos: Acúmulo de Tensão, Explosão e Lua-de-Mel. Em resumo, a fase Explosão seria como um ataque de fúria, o que precede a fase Lua-de-Mel, quando o mesmo tenta se redimir da agressão realizada, a partir de um comportamento calmo e amoroso. Contudo, essa fase logo se torna menos rotineira, dando início aos pequenos conflitos e discussões, que antecedem a explosão, na fase de acúmulo de tensão. Essas três fases costumam ser sequenciais, repetindo sempre as fases na sequência descrita na imagem: Tensão → Explosão → Lua-de-Mel, no intuito de sempre retornar para a fase prazerosa da relação, dando espaço para a vítima acreditar na remissão, fase essa que, na lógica do Ciclo, antecede uma nova agressão.

Figura 2: O Ciclo da Violência



Fonte: G1 (2019).

2.1 Expressões de Violência

No Capítulo II Art. 7º da Lei Maria da Penha, encontram-se descritas 5 formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são elas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Para a violência física, tem-se “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. É aquela, portanto, na qual a força física é utilizada, ou realizada por meio de utensílios e armas de fogo. É o tipo de violência que mais deixa exposta a vítima ao olhar do outro, visto que pode ser comum deixar marcas pelo corpo da mulher. Pode ser realizada por meio de chutes, empurrões, puxões de cabelo, queimaduras, mutilações, dentre outras agressões físicas.

A segunda violência tipificada na lei é a psicológica. Essa é uma forma mais velada de agressão do que a física, exemplificada anteriormente. Nesta, o foco é causar dano emocional, impactando na autoestima e autoconfiança da mulher, que impacta no seu desenvolvimento pessoal e no controle de suas ações. Ela é feita através de ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento, perseguição, no intuito de causar prejuízo ao seu intelecto, para limitar suas decisões e comportamentos, e em muitos casos, afastando-a do seu convívio social e familiar, como manobra de alienação.

Já a violência sexual pode ser expressa por diversas vertentes, desde obrigar a prática sexual, a forçar a vítima ao matrimônio. Impedir o uso de contraceptivo, seja oral ou de barreira física. Outro exemplo seria a coação em comercializar de alguma forma a sua sexualidade, ou ainda limitar/anular o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Esses atos são comumente produzidos por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força física. Em alguns casos, algumas culturas e religiões se interseccionam com esse tópico, visto que, em algumas crenças, a contracepção e a atividade sexual sem fins reprodutivos são vistas como sinônimo de perversão. Esse é um exemplo de como a tradição e o histórico patriarcal da sociedade funcionam como uma barreira ao livre exercício da sexualidade feminina.

A quarta violência tipificada na Lei é a patrimonial. “Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”. Pode ser observada em atos como rasgar roupas e fotos, reter salários ou esconder cartões, ações que limitem o acesso aos seus próprios bens.

Na violência moral o foco está na humilhação pública da vítima, às vezes por meio de comentários ofensivos, que configure situações de calúnia, difamação ou injúria, ou ainda quando se tem sua vida íntima exposta a outros, sendo possível ser enquadrada inclusive quando isso é feito através das redes sociais.

Reconhecer que tais situações descritas acima são um ato de violação contra a mulher, e caracterizá-lo de fato como violência doméstica, ainda é um obstáculo em relação às denúncias.

Isso porque algumas situações foram normalizadas nas relações, como parte das dinâmicas afetivas ou familiares. Se faz necessário a disseminação desses tantos tipos e variadas situações que estão, ainda hoje, cristalizadas na sociedade, para que as devidas medidas possam ser tomadas. Não somente caracterizar essa violência, mas entender a gravidade dela, com a ciência das consequências aos danos causados pelas agressões.

A Pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2019), realizada pelo DataSenado, conseguiu mensurar a disparidade nos dados coletados em relação com o entendimento sobre o que se caracteriza violência. Dentre as perguntas, questiona-se diretamente se a mulher entrevistada sofreu violência e, em seguida, perguntas indiretas sobre situações violentas. O número de mulheres que afirmam diretamente ter sofrido violência doméstica fica em torno de 3%, enquanto o dado sobre as mulheres que responderam afirmativamente sobre situações relacionadas a violência foi de 22%.

Esses dados podem ser interpretados por algumas vertentes como: representam o desconhecimento com atos que podem ser considerados violência e a percepção de viver situações que são banalizadas nas relações, mas que são tipificadas como algum tipo de violência das mencionadas acima, descritas na Lei Maria da Penha, em 2006; ou demonstra o medo ou vergonha em assumir esse local de vítima; ou para proteger o agressor.

A lógica do maior número de mulheres assumirem sofrer violência psicológica ou moral pode corroborar com a ótica de proteção ao agressor, por estarem mentalmente abaladas, com sua autoestima violada. Fazer com que a vítima desacredite de si mesma e retire sua independência, é uma das práticas de mantê-la sob seu controle.

Gráfico 1: Experiência vivenciada X Percepção da violência doméstica

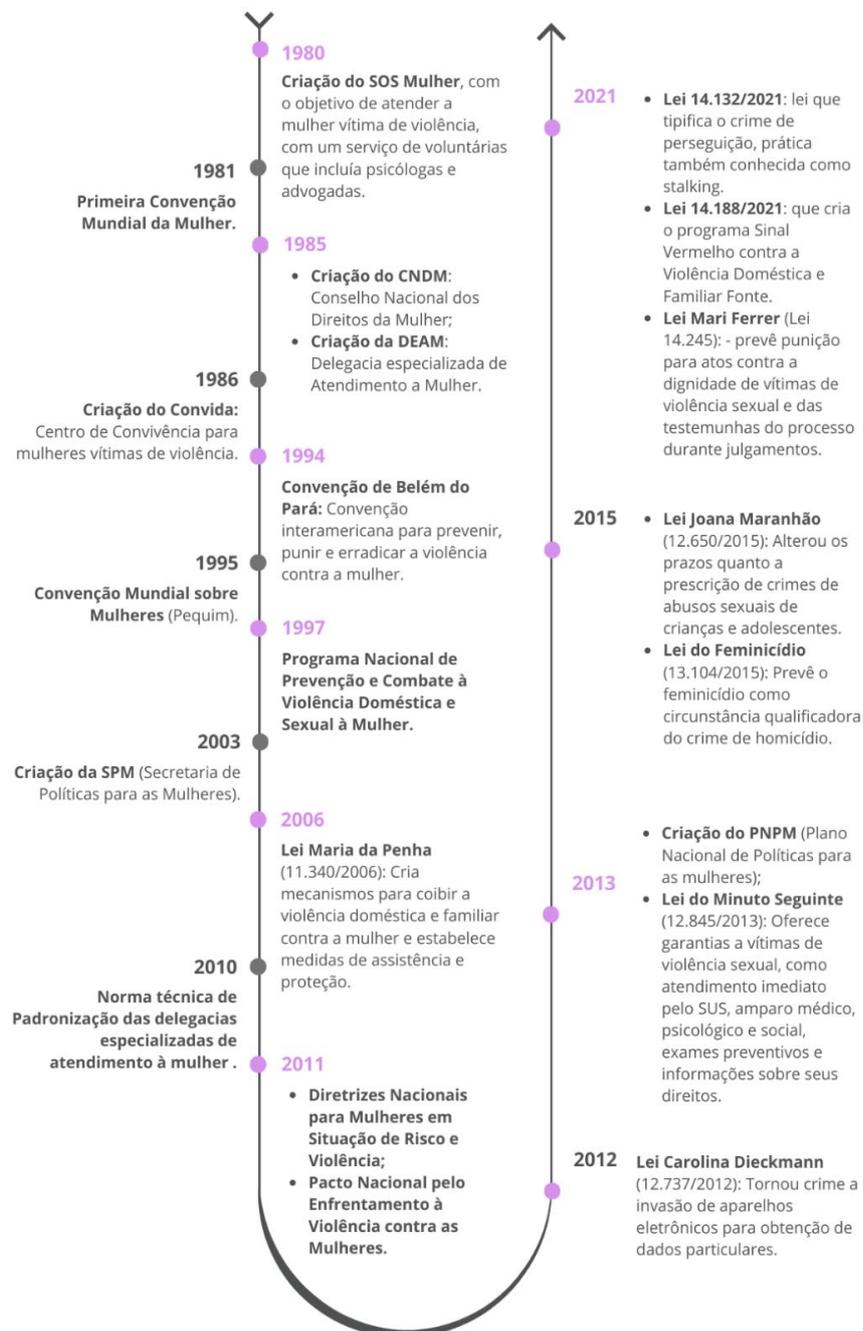


Fonte: Ribeiro (2020).

3 INSTRUMENTOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Figura 3 foi produzida a fim de demonstrar, de forma resumida, uma linha cronológica das políticas, leis e convenções que atuaram (ou atuam) na luta pela redução e erradicação da violência contra a mulher, de 1980 até 2021.

Figura 3: Linha do Tempo de instrumentos voltados à violência contra a mulher



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Em 2003, ano de criação da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM, 2003), foram formuladas novas propostas de enfrentamento à violência contra a mulher a partir da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nela, ações foram criadas, e as existentes ampliadas, formando 4 eixos de apoio principais: prevenção, enfrentamento e combate, assistência e garantia de direitos.

Aliado a isso, a Lei Maria da Penha (2006), impulsionou as ações de enfrentamento imediatas no quesito da violência doméstica, impactando diretamente na demanda por novas propostas, o que precedeu o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de 2007 (Norma Técnica, 2011).

Figura 4: Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011).

Dentro desses quatro grandes eixos (Figura 4), diversas são as formas de promover tais objetivos, como ações educativas e cumprimento da legislação, sejam elas através de atividades coletivas ou individuais, com o fim de informar, proteger ou fornecer o subsídio necessário em cada situação de violência vivida pela mulher, sendo cada cenário único relativo à vivência individual e ao histórico de cada uma.

Ademais, a correta divulgação dos direitos previstos em leis e diretrizes são também alvo destas políticas. É preciso demandar atenção ao retorno da mulher ao seu convívio social de origem, assim como à reorganização da sua rotina, visando sua autonomia e autoestima.

O quadro abaixo fornece um apanhado geral sobre a matriz de serviços existentes e como eles são ofertados.

Quadro 1: Matriz de Serviços, adaptada do Manual de Atendimento: Casas de acolhimento para mulheres em situação de violência (Casa Abrigo e Casa de Passagem)

| Solicitante | Demanda | Serviços Oferecidos (Respostas) | Aquisição da usuária | Modelo de oferta |
|-----------------------------|--|---|--|---|
| Mulher cidadã | Proteção em acolhimento especializado | Casa Abrigo: Acolhimento sigiloso e temporário de longa duração (até 180 dias) | Proteção e segurança quando em situação de risco | Atendimento especializado |
| | | Casa de Passagem: Acolhimento temporário de curta duração (até 30 dias) | | |
| | Acesso a outros serviços e defesa em caso de violência de direitos | Orientações e encaminhamentos para rede de serviços e políticas públicas | Informações sobre direitos, com apoio para acesso ao sistema de justiça e defesa em caso de violação/violência | Atendimento individual especializado e interdisciplinar |
| | | Acompanhamento técnico especializado interdisciplinar visando a superação da situação de vulnerabilidade e risco, e fortalecimento da autonomia | Plano de atendimento e apoio para superação da situação de violência e fortalecimento da autonomia | |
| Fortalecimento da autonomia | Atividades coletivas de caráter sociocultural e terapêutico | Informações, integração e troca visando a superação da situação de violência e fortalecimento da autonomia | Atividades coletivas | |

Fonte: Cidade de São Paulo (2021).

A partir da demanda existente, cada situação é analisada para encontrar o direcionamento que ofereça o suporte necessário à sobrevivência, de acordo com as necessidades de cada caso, seja de acolhimento especializado, ou de fortalecimento pessoal. Nesse cenário, o Estado formalizou a criação de dois equipamentos de suporte e garantia de direitos, da integridade física, mental e moral da mulher (Norma Técnica, 2011) são eles: Casa-Abrigo e Casa de Passagem (ou Acolhimento).

O Quadro 2 abaixo relaciona as diferenças entre os equipamentos Casa-Abrigo e Casa de Acolhimento. Nele, há destaque para a natureza do abrigo e o público-alvo. Para a Casa Abrigo, a mulher necessita estar sob claro risco de morte, determinando, assim, a necessidade do sigilo.

Quadro 2: Adaptado de Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência

| Características | Casa-Abrigo | Casa de Acolhimento |
|---|---|---|
| Nomenclatura na tipificação socioassistencial | Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência. | Serviço não incorporado aos serviços socioassistenciais. |
| Natureza | Serviço público, de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso. | Serviço público, de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso. |
| Público-alvo | Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as). | Mulheres em situação de violência de gênero (em especial da doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as) |
| Objetivo do Serviço | Garantir a integridade física e emocional das mulheres; Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima. | Garantir a integridade física e emocional das mulheres; Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários. |

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011).

Para ambos os equipamentos, destaca-se o acompanhamento técnico especializado interdisciplinar e atividades coletivas de caráter sociocultural e terapêutico. Unido às ações de assistência e garantia de direitos, previstas em 2003, tem-se o Centro de Referência, que, além de orientar e promover ações de proteção e empoderamento, permite incluir o acolhimento temporário, previsto na Casa de Passagem.

Enquanto para a Casa Abrigo, esconder-se significa dar proteção às mulheres, no Centro de Referência, se mostrar na cidade significa dar visibilidade. Este equipamento só será utilizado e integrado às dinâmicas da cidade se ele for re(conhecido). Desse modo, sua localização precisa ser em área de fácil acesso, perto de avenidas, e dentro de uma malha urbana que promova visibilidade, fortalecendo uma relação de segurança com os equipamentos existentes no seu entorno.

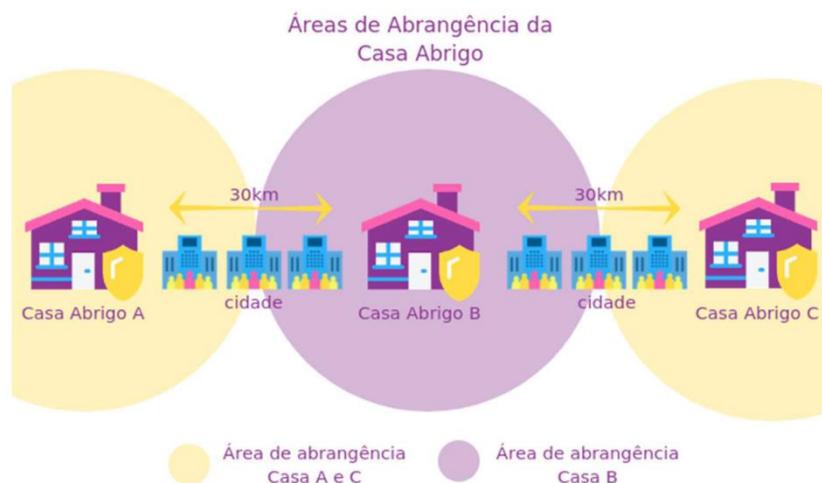
Para ser possível a implantação de uma Casa Abrigo, existem pontos cruciais que precisam ser respeitados, sendo um deles, o sigilo. Dessa forma, a edificação precisa se integrar na cidade de forma a não chamar atenção ao seu uso, ao mesmo tempo que prescinde uma relação de segurança com seu entorno. Ele faz parte de uma rede de equipamentos urbanos, como Hospitais e Delegacias da Mulher, creches e postos de saúde.

Figura 5: Relação da Casa Abrigo com os equipamentos urbanos



Fonte: Juliana Ignácio (2018).

Figura 6: Áreas de Abrangência da Casa Abrigo



Fonte: Juliana Ignácio (2018).

Juliana Ignácio (2018), tipifica uma lógica para locação de Casas-Abrigo na cidade, a partir de um raio de 15km entre si. Dessa forma, seria necessário local este tipo de equipamento a cada 30 km de distância, dentro dos limites urbanos da cidade. Para além da variável da distância, ela reafirma a necessidade de o local estar ligado a demais equipamentos urbanos da cidade, de forma direta, e com opções viáveis de acesso facilitado a partir do transporte público.

Já para a implantação de um Centro de Referência, são unidos diversos serviços que complementam uma rede de suporte, que possa orientar de forma articulada no fortalecimento pessoal, prevenção e abrigo temporário.

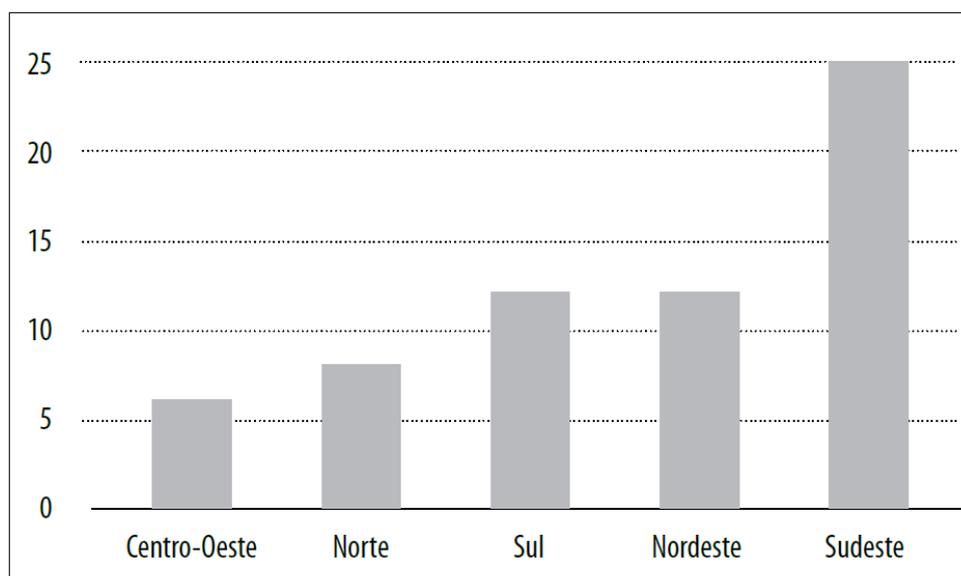
Este equipamento não prescinde de um caráter sigiloso, portanto, não significa que os seus componentes arquitetônicos necessitem chamar atenção na paisagem. Ele deve ser identificado no seu entorno e se tornar referência através do seu uso e da sua importância para a reintegração de mulheres na sociedade e luta pelo seu direito à moradia e capacitação técnica.

Mais do que promover a integridade física e psíquica das mulheres, estes equipamentos também precisam focar no enfrentamento do trauma causado pela agressão. Além dos serviços de acolhimento e acompanhamento, estes também funcionam como articuladores das políticas existentes e de outros serviços que possam ser indicados às vítimas, pertencentes à rede pública de suporte. Nesse sentido, também se faz útil disseminar e visibilizar toda essa rede existente, que pode ser desconhecida às comunidades que os

rodeiam, na busca de diminuir cada vez mais a distância entre a agressão e o suporte/denúncia (São Paulo, 2021).

Em levantamento realizado pelo IBGE (2018), apenas 2,7% das cidades brasileiras possuíam Casas-Abrigo de gestão municipal. Da mesma forma, 21% dos municípios apresentaram algum serviço de enfrentamento à violência contra a mulher, e apenas 9,7% possuem algum equipamento especializado em violência sexual.

Gráfico 2: Distribuição de Casas-Abrigo, por região (unidades)



Fonte: Diretrizes Nacionais para Mulheres em Situação de Risco e Violência (2011).

Para possibilitar a efetividade das políticas públicas existentes, seria ideal que todos esses equipamentos estivessem ativos e de fácil acesso para qualquer mulher que necessita do amparo da Justiça e suporte físico e emocional.

Em Maceió, esses serviços estão disponíveis na rede pública, mas se mostram insuficientes na dimensão da cidade. Isto porque a maioria dos equipamentos estão concentrados em extremos da cidade, principalmente na parte baixa, em bairros como Poço e Centro, e na parte alta, no Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes. Considerando a disposição dos serviços na cidade, a distribuição espacial desses equipamentos pode promover o desconhecimento desses serviços e dificultar as ações de proteção e segurança. É de fundamental importância o acesso e a visibilidade dos equipamentos nos bairros e ainda nas regiões administrativas.

Ainda que em regiões específicas e distantes entre si, é relevante que esses espaços existam na cidade com distribuição inadequada no território. Esse fato pode indicar alguma resistência ideológica para entender as formas de agressão e os direitos das vítimas ao suporte do Estado (IPEA, 2016). O caminho pode ser trilhado a partir de visibilizar a existência e qualidade desses espaços de denúncia e proteção da vítima, mas, ainda mais, do auxílio psicológico no entendimento e enfrentamento da violência doméstica, comumente praticada por pessoas com quem a vítima possui vínculo emocional. É fundamental qualificar a agressão como crime, e romper com o laço histórico da subalternidade feminina.

3.1 Lei Maria da Penha e Femicídio

É de conhecimento comum que a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) foi uma conquista no sentido de identificar e visibilizar a questão da violência doméstica contra a mulher e criminalizá-la judicialmente, em dimensão ainda não vista antes no Brasil. Em seu Artigo 5º, ela conceitua a violência doméstica como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. É importante mencionar que violência doméstica também engloba crianças, adolescentes e idosos, e enquadra os membros da unidade doméstica ou no âmbito familiar.

A Lei foi reconhecida pela ONU como uma das 3 melhores políticas do mundo em relação ao combate à violência contra as mulheres, resultado histórico no Brasil sobre a impunidade aos crimes relacionados à violência doméstica e familiar (Moreno, 2019). Além de visibilizar a questão, foram propostos mecanismos de prevenção, como medidas socioeducativas e atendimento especializado, assim como ações punitivas de flagrante, com foco em criminalizar o agressor.

Porém, segundo Pasinato e Santos (2008), a implementação da lei não foi suficiente para sua real aplicação, devido a obstáculos estruturais, no sentido de abranger todas as etapas de denúncia, investigação e julgamento. A demora no julgamento das denúncias e a desconfiança nas medidas de proteção oferecidas são motivos observados na prática, visto que sem as devidas medidas protetivas, as mulheres se tornam mais vulneráveis aos seus agressores, aumentando a sensação de insegurança e descrença no processo.

Os problemas observados às ações de combate à violência doméstica voltadas ao sexo feminino vão desde os obstáculos relacionados ao vínculo financeiro com o agressor; o dilema da dependência emocional e a sua relação com o empoderamento da mulher; até a vulnerabilidade histórica perpetuada pelo cenário patriarcal brasileiro, com a mulher adestrada para papéis domésticos, para servir à família e ao lar.

Em 2013, Garcia *et. al*, em estudo realizado com intuito de avaliar os desdobramentos da lei na sua implementação, entende que esta não resultou em um impacto direto na mortalidade de mulheres por agressões domésticas a longo prazo. Ainda que nos primeiros anos após a implementação da lei e da rede institucional de proteção tenha sido observada uma queda na mortalidade feminina através de crimes relacionados à violência doméstica, essa taxa não se manteve, voltando a aumentar ao longo dos anos.

A Maria da Penha deixou lacunas em aberto ao prever casos de morte em decorrência da violência doméstica, citando apenas lesões corporais. Assim, para suprir essa carência, em 2015, foi tipificada a Lei do Femicídio (13.104/2015). Antes da sua existência, feminicídio era enquadrado como um crime passional, no qual o homem praticava o homicídio de mulheres por razões de ciúmes ou em “defesa da honra”, por exemplo, como um fenômeno parte das dinâmicas sociais das relações. Esse argumento deixou de ser aceito como uma justificativa ao entendermos a complexidade e o caráter multidimensional da questão. Em resumo, o feminicídio se enquadra como uma violência misógina, como “a máxima expressão da violência cometida contra as mulheres inerente à cultura patriarcal historicamente intrínseca à sociedade brasileira” (Nascimento; Ribeiro, 2020).

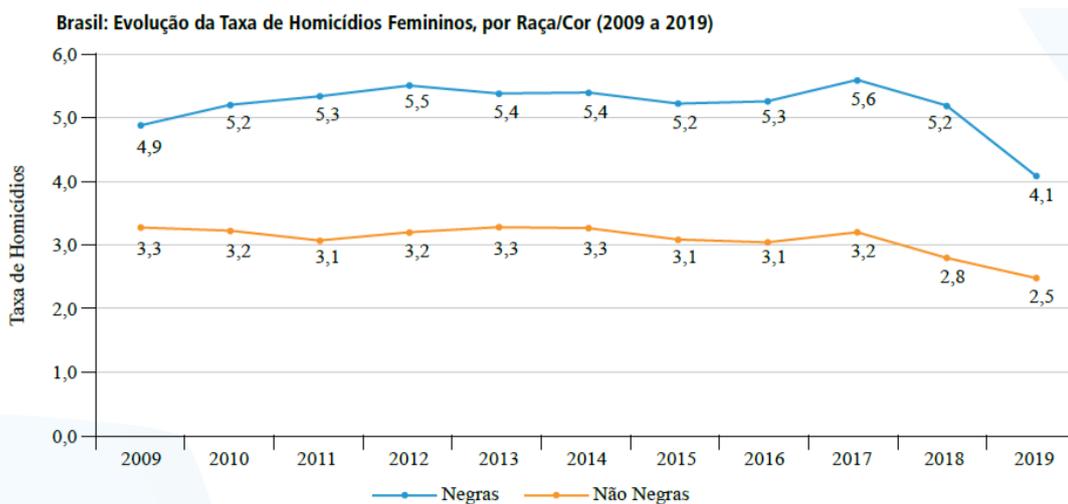
Uma crítica central à Lei do Femicídio diz respeito à utilização do sistema penal como forma de enfrentar a violência de gênero. Argumenta-se que a adoção desse sistema, que frequentemente não garante direitos e é conhecido por suas violações, não proporciona uma resposta preventiva eficaz. A imposição de sanções penais é vista como incapaz de prevenir a violência, ressocializar agressores ou solucionar conflitos de maneira válida. Portanto, combinar o sistema penal com outras estratégias e políticas públicas para alcançar resultados mais efetivos, se baseia na adoção de políticas afirmativas, que trabalham para criar condições socioeconômicas e políticas que visem as relações de poder e promovam abordagens que considerem a complexidade e diversidade dessa questão (Amaral, 2016).

3.2 Indicativos sociais

Os dados que serão apresentados a seguir sugerem que a violência não afeta a todas da mesma maneira, e que desigualdades sociais são indicadores importantes que sustentam esse processo de vitimização, que servem como base para as análises sobre violência contra a mulher (Engel, 2016). Além disso, entende-se que a subalternidade não impacta a todas da mesma maneira, e a sensação de insegurança no contexto de gênero e raça é um indicativo dessa questão (IPEA, 2016).

No Brasil, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), em 2019, cerca de 66% das mulheres vítimas de homicídio eram negras (considerando negras como a soma de pretas e pardas). Isso corresponde a dizer que a possibilidade de uma mulher negra ser morta foi 1,7 vezes maior do que uma mulher não negra. Ao comparar os dados de 2019, quando a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, percebe-se o aumento expressivo das taxas onze anos depois, considerando todos os avanços nas políticas públicas de proteção às mulheres e punitivas contra os agressores, que foram apresentadas ao longo deste trabalho. O que desencadeia ao dado expressivo de Alagoas, que, no mesmo ano (2019), 100% das vítimas de feminicídio foram mulheres negras, exceto 1 vítima, sem identificação de cor/raça (IPEA, 2021).

Nesses mesmos anos, de 2009 a 2019, foi observado um aumento de 2% no total de mulheres negras vítimas fatais da violência, enquanto no total de mulheres não negras, houve uma redução de quase 27% (Gráfico 3). Não somente os números de homicídio se sobressaem, mas também o de agressões ou ameaças. De acordo com a PNV, o maior índice desse tipo de violência é sobre mulheres negras, chegando a números próximos a 15%, enquanto para mulheres brancas o índice é de 11,44%. Vale destacar que entre esses dois números, há um terceiro, referente a homens negros com 14,22%, índices acima do de mulheres brancas.

Gráfico 3: Brasil: Evolução da Taxa de Homicídios, por Raça/Cor (2009 a 2019)

Fonte: IBGE (2020).

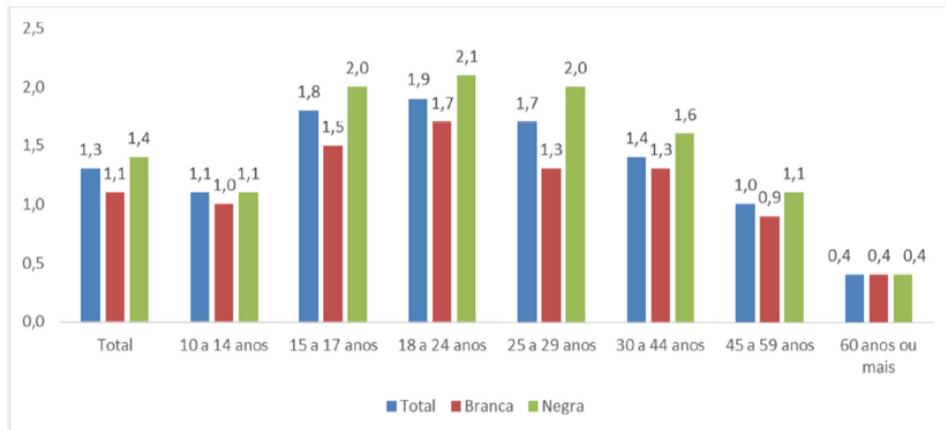
Desse modo, é evidente a melhoria nos índices de violência para mulheres não negras, e, em contrapartida, o agravamento para mulheres negras.

É importante levar em consideração a violência que a população negra (de todos os gêneros) historicamente sofre no Brasil. Existe uma estrutura cristalizada de violência que atinge os corpos negros desproporcionalmente, ainda como um resquício dos 130 anos de escravidão vividos desde a sua colonização. Isso reforça outros fatores geradores de violência, como intolerância religiosa, desigualdades socioeconômicas, a marginalização dos subúrbios e o próprio racismo direto, que invisibilizam os corpos de cor (Romio, 2013).

Outros fatores que interferem diretamente nas estatísticas de violência, são as faixas etária e de renda. Através de dados coletados pelo IPEA, em 2016, as adolescentes, jovens e adultas são as que mais sofrem de agressões, sejam elas letais ou não. No mesmo caminho, o PNAD, em 2009, informa que para mulheres brancas, as idades entre 15 e 24 anos são as que apresentam maiores índices. Já para mulheres negras, a faixa se estende até os 29 anos, e para todas, a taxa começa a decair após os 30. Esses números demonstram, portanto, que o público jovem é o que mais relata ter sofrido as agressões e ameaças.

O Gráfico 03 abaixo demonstra que o índice de mulheres negras vitimadas é superior em todas as faixas etárias, exceto dos 10 a 14 e superior a 60, quando as taxas se igualam à outra variável. Ou seja, é possível confirmar que, de fato, a mulher negra se apresenta mais vulnerável a situações de violência e ameaça no Brasil em todas as idades, mas, prioritariamente, as mais jovens, dos 15 aos 29 anos.

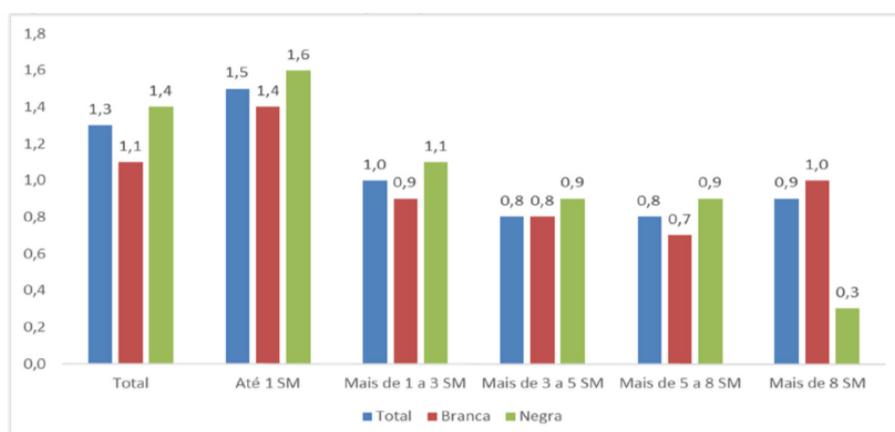
Gráfico 4: Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa etária, Brasil, 2009



Fonte: IBGE/Pnad (2010).

Assim como a idade, a renda também se apresenta como geradora de vulnerabilidade. O Gráfico 04 relata que as mulheres que recebem até 1 salário-mínimo (SM) são as mais propensas a sofrer com agressões. Não somente, mas um dos fatores que podem levar a este dado, é a dependência financeira com cônjuges e familiares. Isso as colocaria em um lugar de inferioridade, afetando sua autoestima e gerando condições favoráveis ao agressor, visto que a vítima dependeria financeiramente deste para sobreviver, utilizando do fator monetário como chantagem para manter a vítima sob o mesmo teto. Nota-se também, na análise do gráfico abaixo, que conforme a faixa salarial aumenta, a incidência de agressão e violência decai consideravelmente em mulheres negras.

Gráfico 5: Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa de rendimento domiciliar per capita, Brasil, 2009

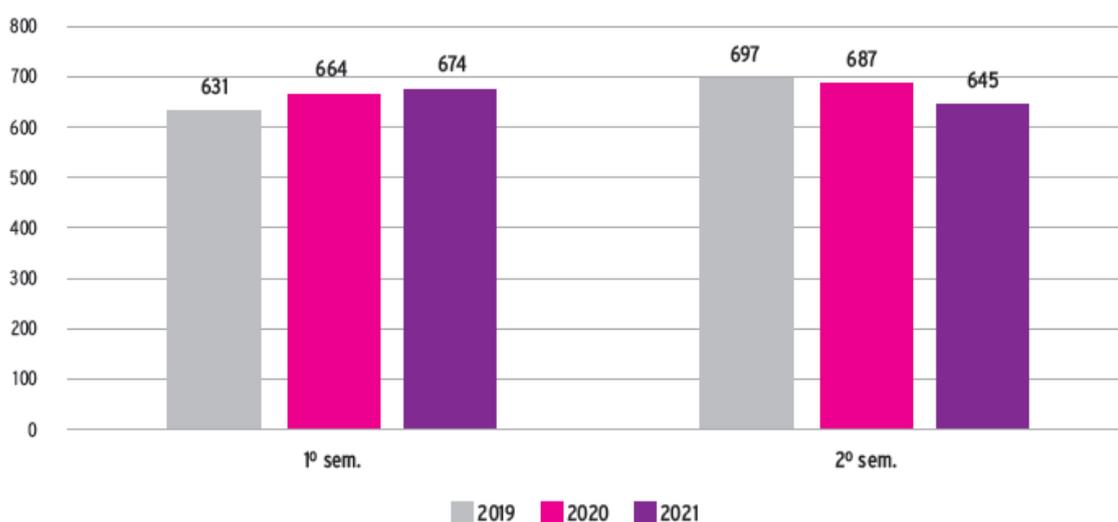


Fonte: IBGE/Pnad (2010).

4 CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 (RECORTE 2020-2021)

Considerando os primeiros dois anos da Covid-19 no Brasil, e das medidas de isolamento social, os dados referentes a agressão e violência sexual de mulheres foram reduzidos em relação aos anos anteriores. Em 2021, houve uma redução de 2,4% na taxa de feminicídio, comparado ao ano anterior. Ainda assim, isso corresponde a uma média de uma mulher morta a cada 7 horas por razões relacionadas ao seu gênero. Embora os números totais tenham sido reduzidos, foi observado que nos meses de fevereiro a maio de 2020, houve um aumento nos casos de feminicídio, ou seja, nos primeiros meses de pandemia, momento com maior adesão às medidas restritivas de isolamento (FBSP, 2021).

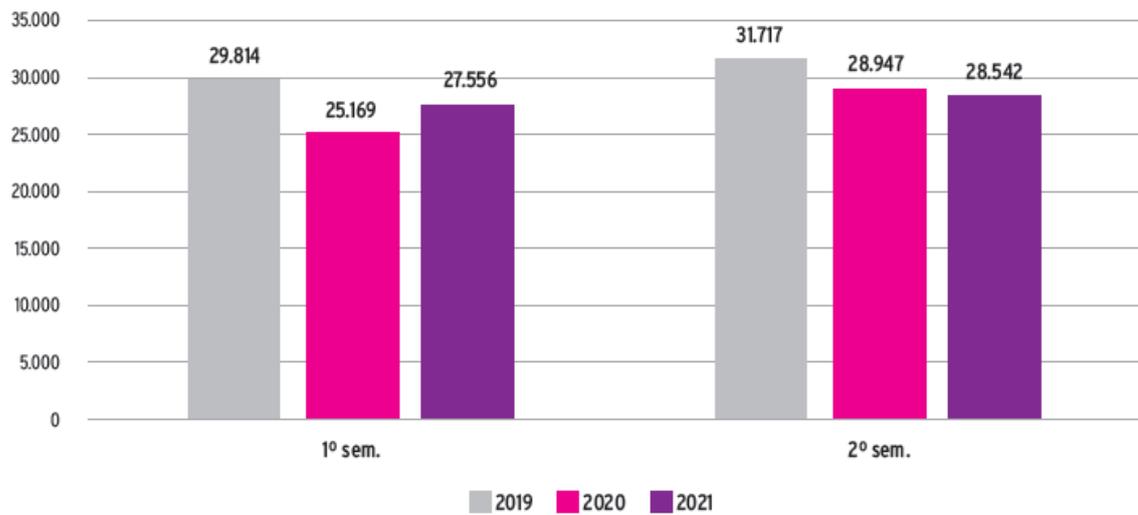
Gráfico 6: Vítimas de Feminicídio, por semestre. Brasil, 2019-2021



Fonte: FBSP (2021).

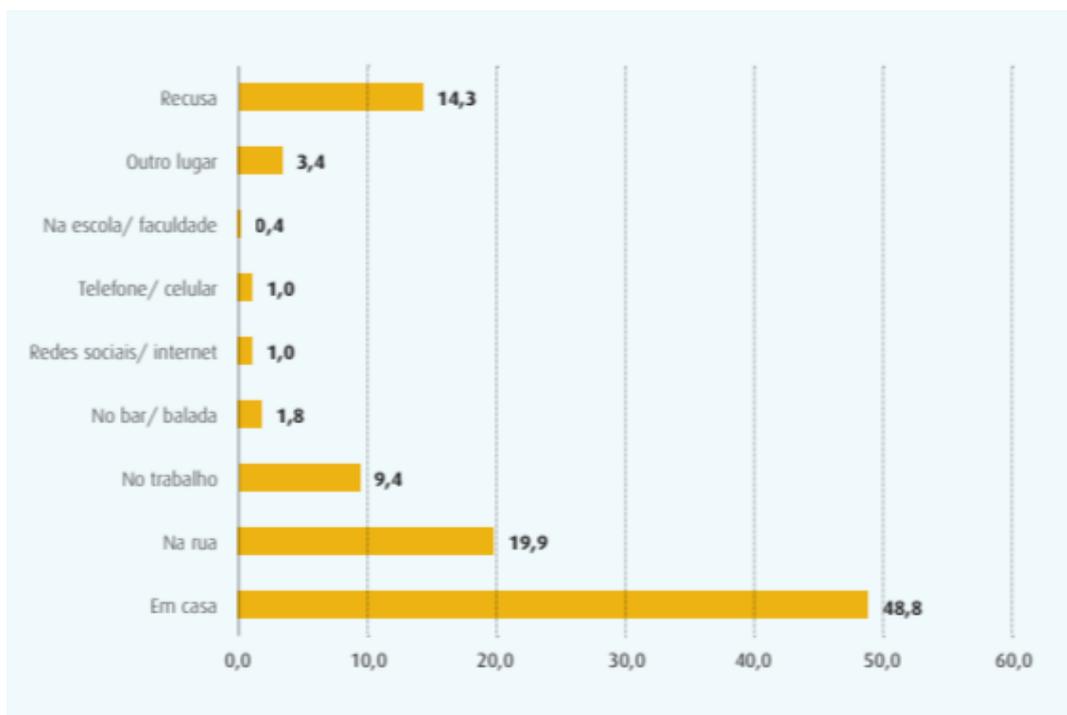
Da mesma maneira que se reduziu os dados de feminicídio no período de maior isolamento, o número de estupros também foi reduzido nos mesmos meses. Esses dados voltaram a crescer em 2021. Foram contabilizadas 56.098 denúncias da agressão sexual às mulheres, o que leva a uma média de 1 estupro a cada 10 minutos, no Brasil (FBSO, 2021).

Gráfico 7: Registros de estupro e estupro de vulnerável, vítimas do gênero feminino. Brasil, por semestre, 2019-2021



Fonte: FBSP (2021).

Ao analisar os meses de redução das denúncias de estupro, muitos autores chegaram à conclusão de que um menor número de casos expostos estaria relacionado a uma maior dificuldade em denunciar e procurar ajuda. Isso porque, os dados sugerem que a maioria das agressões sexuais à mulher são realizadas por parentes, que, naqueles meses, poderiam estar em isolamento junto à vítima. Pode-se relacionar também ao medo de sair do confinamento e ser exposta ao vírus da Covid-19, ainda sem vacina no Brasil naquele ano (2020).

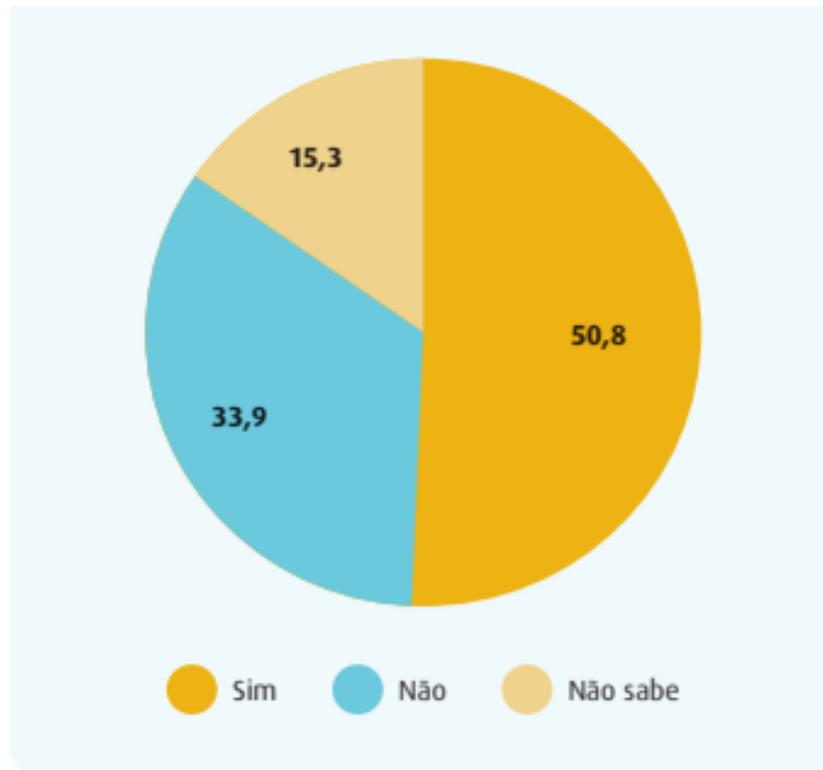
Gráfico 8: Onde aconteceu essa violência. Brasil, 2021

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021).

Assim, esses dados, em conjunto com os índices já expostos anteriormente neste trabalho, reafirmam que o ambiente doméstico, numericamente, não representa segurança e proteção para muitas mulheres no Brasil. Se tratando das diversas formas de agressão, a violência endêmica continua a atingir mulheres e meninas, que não contam com condições básicas de sobrevivência e tem seus direitos constantemente violados, representando a violência como o maior obstáculo ao empoderamento feminino (FBSP, 2021).

Referente a esse cenário específico, 50,8% das mulheres entrevistadas pela pesquisa afirmam que a pandemia agravou a sua situação de violência, e os motivos relatados que fizeram com que o isolamento social causado pela pandemia agravasse a situação dessas mulheres, foram a maior convivência com o agressor, sendo ele familiar ou cônjuge ou ex-cônjuge, mas principalmente a perda de emprego ou impossibilidade de trabalhar para garantir renda própria, o que cerceou a liberdade da mulher em conseguir o seu próprio sustento, e assim, ter a possibilidade de manter uma residência isolada do agressor.

Gráfico 9: Você acredita que a situação de pandemia influenciou para agravar de algum modo a violência que você sofreu?



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021).

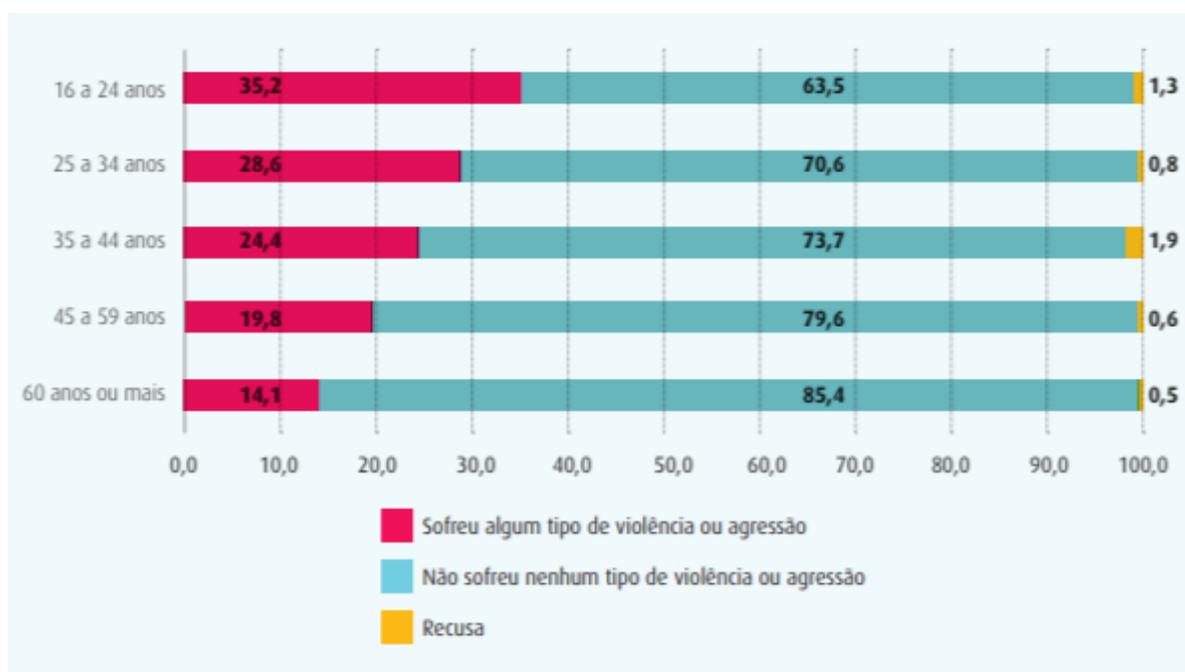
Gráfico 10: Quais dos fatores abaixo você considera que mais influenciaram para a ocorrência de violência que você sofreu?



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021).

Outro dado destacado anteriormente sobre a faixa etária e de renda, é reafirmado no período de Pandemia do Covid-19, o aumento expressivo das denúncias de agressões no público mais jovem, em pesquisa realizada pelo Datafolha através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021). Observa-se maiores taxas no público de 16 a 24 anos e decai de forma inversamente proporcional à idade, até a faixa dos 60 anos ou mais, onde apresentam menores taxas. Esta mesma pesquisa sugere que este fato observado pode ser entendido pelo público mais jovem possuir uma maior percepção do que é violência, justificando, assim, as maiores taxas de denúncia nesta faixa etária.

Gráfico 11: Pensando nos últimos 12 meses, desde o início da pandemia de covid-19, você sofreu algum tipo de violência ou agressão? Por faixa etária, Brasil, 2021



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha (2021).

5 RECORTE ESPACIAL

No intuito de tornar o debate mais próximo à realidade de estudo deste trabalho, é preciso analisar como as políticas e ações existentes à nível nacional impactam o Estado de Alagoas e a cidade de Maceió, local de implantação do anteprojeto aqui proposto, além de buscar os dados disponíveis relativos à violência contra a mulher na Cidade e nos seus bairros.

Como citado anteriormente, o ano de 2006 marcou o conhecimento da Lei Maria da Penha e, embora a grande visibilidade para a causa, os anos seguintes não apresentaram taxas reais de redução da violência doméstica. O Gráfico abaixo coleta os dados de 2006, ano da Lei, e os anos de 2014 e 2015 para comparação de dados nos Estados do Nordeste, com a média dos dados dos demais Estados do Brasil.

Ao observar o caso de Alagoas, que, no ano de 2006 apresentava uma taxa de 6,7 referente ao homicídio feminino por 100 mil mulheres, a taxa, considerando todas as raças, é reduzida para 5,4 em nove anos. No entanto, ao especificar a raça, tem-se uma taxa de 0,2 para mulheres brancas e 7,1 para negras, no ano de 2015. Essa é uma tendência que pode ser observada em todos os demais Estados do Nordeste: o aumento nas taxas de homicídio de mulheres negras em contraponto às baixas taxas referentes a mulheres de cor branca.

Quadro 3: Destaque dos Estados do Nordeste de Taxas de homicídio por 100 mil mulheres, referente aos anos 2006, 2014 e 2015

| UF | Taxas de homicídio de mulheres de todas as raças | | | Taxas de homicídio de mulheres brancas | | | Taxas de homicídio de mulheres pretas e pardas | | |
|---------------|--|------------|------------|--|------------|------------|--|------------|------------|
| | 2006 | 2014 | 2015 | 2006 | 2014 | 2015 | 2006 | 2014 | 2015 |
| AL | 6,7 | 7,4 | 5,4 | 1,0 | 0,8 | 0,2 | 6,6 | 10,0 | 7,1 |
| BA | 3,3 | 4,9 | 4,9 | 1,4 | 2,9 | 2,5 | 3,4 | 5,2 | 5,3 |
| CE | 3,1 | 6,3 | 5,5 | 1,2 | 1,7 | 1,6 | 2,3 | 4,6 | 4,8 |
| MA | 2,0 | 4,2 | 4,3 | 0,9 | 3,0 | 3,3 | 2,4 | 4,5 | 4,2 |
| PB | 3,3 | 5,5 | 5,3 | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 4,3 | 7,5 | 6,7 |
| PE | 6,9 | 5,0 | 4,8 | 2,1 | 1,9 | 2,1 | 9,4 | 6,5 | 6,2 |
| PI | 2,0 | 3,8 | 4,0 | 1,0 | 1,0 | 2,0 | 2,4 | 4,1 | 4,3 |
| RN | 2,6 | 5,9 | 5,1 | 1,5 | 3,0 | 1,1 | 2,7 | 7,1 | 7,1 |
| SE | 4,1 | 6,4 | 6,0 | 2,8 | 3,0 | 1,3 | 3,3 | 7,7 | 7,7 |
| BRASIL | 4,2 | 4,6 | 4,4 | 3,3 | 3,2 | 3,0 | 4,6 | 5,4 | 5,2 |

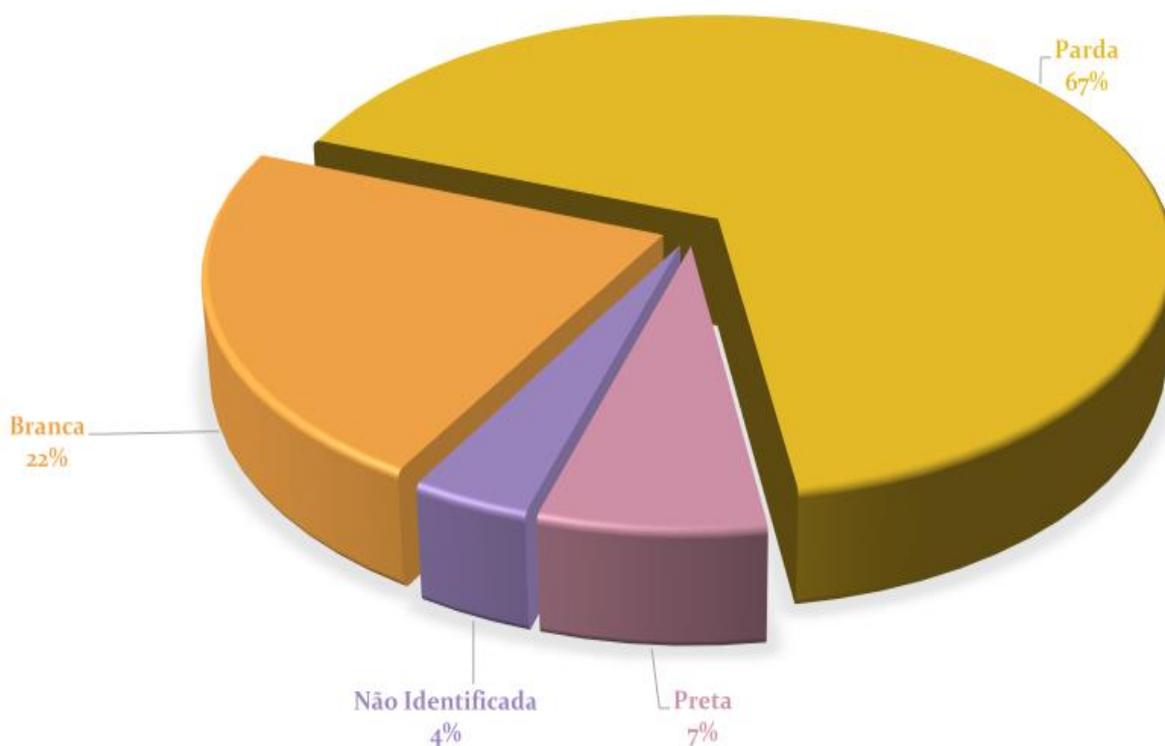
Fonte: SIM/MS (2018) adaptado pela autora.

Somado a isto, o Estado de Alagoas ficou marcado no mapa do feminicídio (IPEA, 2019) como o Estado em que 100% das vítimas eram negras (exceto uma, sem identificação de raça/cor). Esse número sugere que essas vítimas não tiveram a oportunidade de denunciar o agressor, e conseqüentemente, demandar medidas protetivas de segurança, o que simboliza a disparidade de oportunidades e desigualdades sociais latentes no estado, e a necessidade de se repensar o combate a partir das políticas públicas existentes.

Observando os dados apresentados no Mapa da Violência Contra a Mulher em Alagoas 2021, é possível comparar a situação do Estado com a do Brasil, analisada anteriormente nos tópicos acima. O perfil da mulher mais propensa a ser violada segue o mesmo padrão: mulher negra, jovem e de baixa renda.

O gráfico abaixo expõe, a partir dos dados existentes de 2021, que 74% das mulheres em situação de violência doméstica em Alagoas são negras. Unindo os dados apresentados acima, tem-se a evidente vulnerabilidade a que estas mulheres estão expostas, e a predisposição a serem vitimadas por seus parceiros e familiares, sem acesso às medidas protetivas do Estado.

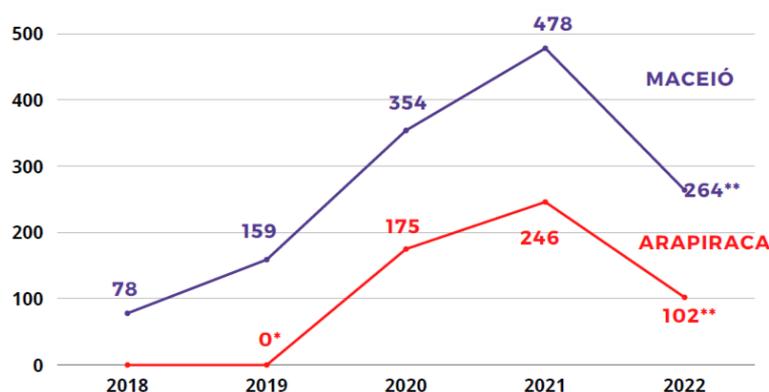
Gráfico 12: Violência doméstica X Raça/cor



Fonte: elaborado pela Comissão Mulher Segura com dados fornecidos pela ASSTEAC PC (2022).

Segundo relatório de quatro anos ativos da Patrulha Maria da Penha em Alagoas (PMP, 2022), 1.859 mulheres foram assistidas pelo programa, nas duas cidades em que atuam, Maceió e Arapiraca, não havendo nenhum caso de feminicídio registrado dentre elas. Essas mulheres fazem parte do programa por necessitarem de medidas protetivas de urgência, desse modo, a patrulha fiscaliza tais medidas, possibilitando um contato telefônico direto com a equipe, que presta os serviços 24h por dia, podendo encaminhá-la para outros serviços de assistência. Foram registradas 1.340 mulheres em Maceió e 519 em Arapiraca, de 2018 até meados de 2022. O gráfico abaixo quantifica o início da assistência através dos anos.

Gráfico 13: Mulheres assistidas 2018-2021



*A Patrulha Maria da Penha de Arapiraca foi criada em 30/08/2020.

**Dados até 30/04/2022.

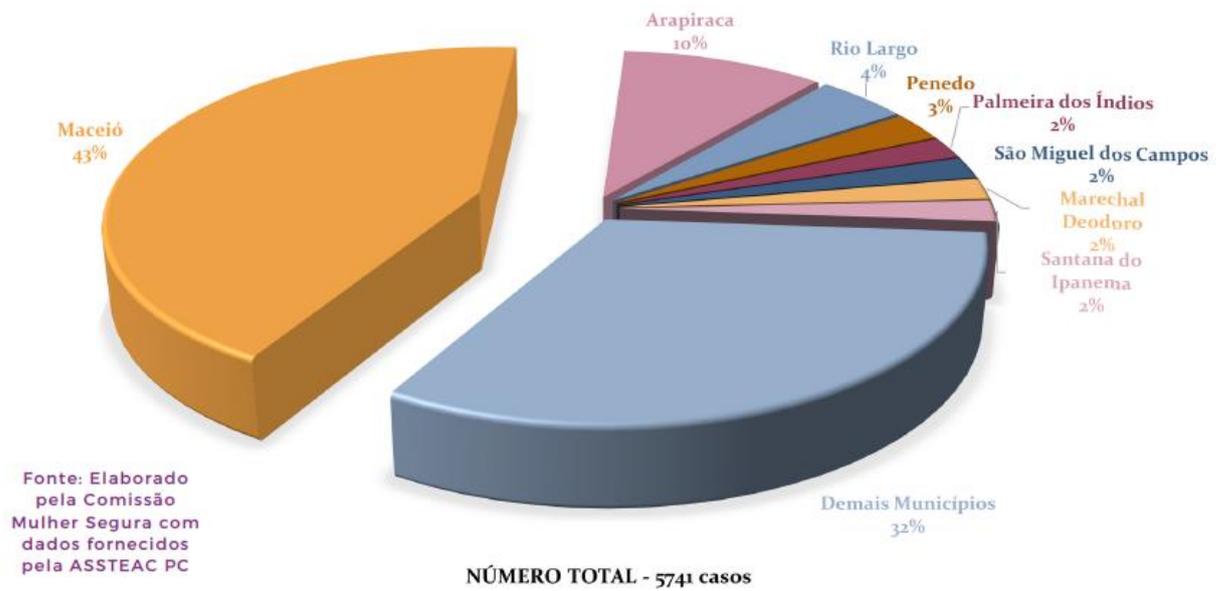
Fonte: Patrulha Maria da Penha (2022).

Além disso, a patrulha também trabalha com a prevenção, por meio de palestras e capacitações, proporcionando projetos de conscientização a fim de incentivar as denúncias e garantir a segurança da vítima (PMP, 2022). Na tentativa de promover um contato mais direto com a comunidade, a Patrulha criou um suporte telefônico para tirar dúvidas de uma forma mais ágil e disseminar o projeto a partir do meio de comunicação em massa mais eficiente atualmente, o WhatsApp. O programa se chama “Zap da Patrulha” e está disponível para o contato ao público.

Ao se tratar dos dados de Maceió, capital de Alagoas, o município lidera o ranking de cidades com maiores índices de violência doméstica no Estado em 2021, com 43% das ocorrências (ASSTEAC PC, 2022), como evidencia o gráfico abaixo. Em seguida, tem-se a cidade de Arapiraca, segunda maior cidade do Estado, com percentual bastante inferior ao da Capital.

Os demais casos encontram-se distribuídos entre cidades da região metropolitana e do interior.

Gráfico 14: Percentual de violência doméstica dos municípios de maior incidência em 2021



Fonte: elaborado pela Comissão Mulher Segura com dados fornecidos pela ASSTEAC PC (2022).

6 ESTUDO DE CASO

Os projetos catalogados abaixo foram utilizados como base para investigar as potencialidades e fragilidades para a concepção de diferentes tipos de abrigo ao redor do mundo, a fim de formar um programa condizente com o que é feito na prática, aliado às Diretrizes brasileiras para projetos de abrigo. Tópicos como tipo de abrigo, níveis de acesso ao público e segurança, e serviços ofertados foram os principais alvos analisados.

Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects

Um dos projetos que compõem o repertório para o projeto em questão, é o Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, projetado pelo escritório Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects. Localizado em Israel, o projeto visa o abrigo de mulheres e crianças vitimadas por abuso e violência doméstica. Apesar de ser liderado por um escritório de Londres, teve colaboração de um escritório de arquitetura local, em união com ativistas da causa e com a equipe de trabalho que veio a utilizá-lo.

Figura 7: Vista frontal da fachada do projeto



Fonte: Por Amit Geron, via ArchDaily (2018).

O projeto utilizou duas linhas de pensamento; da fachada, vista externamente, como uma camada protetora, segura; e internamente, voltando as portas para um jardim, que seria o coração da edificação, como símbolo de união e afeto. O objetivo do projeto era torná-lo um refúgio para mulheres e crianças, visto que, segundo a *World Health Organisation*, fonte utilizada pela equipe de projeto, 45% das mulheres e crianças de Israel irão vivenciar ou já vivenciaram uma situação de violência doméstica em suas vidas.

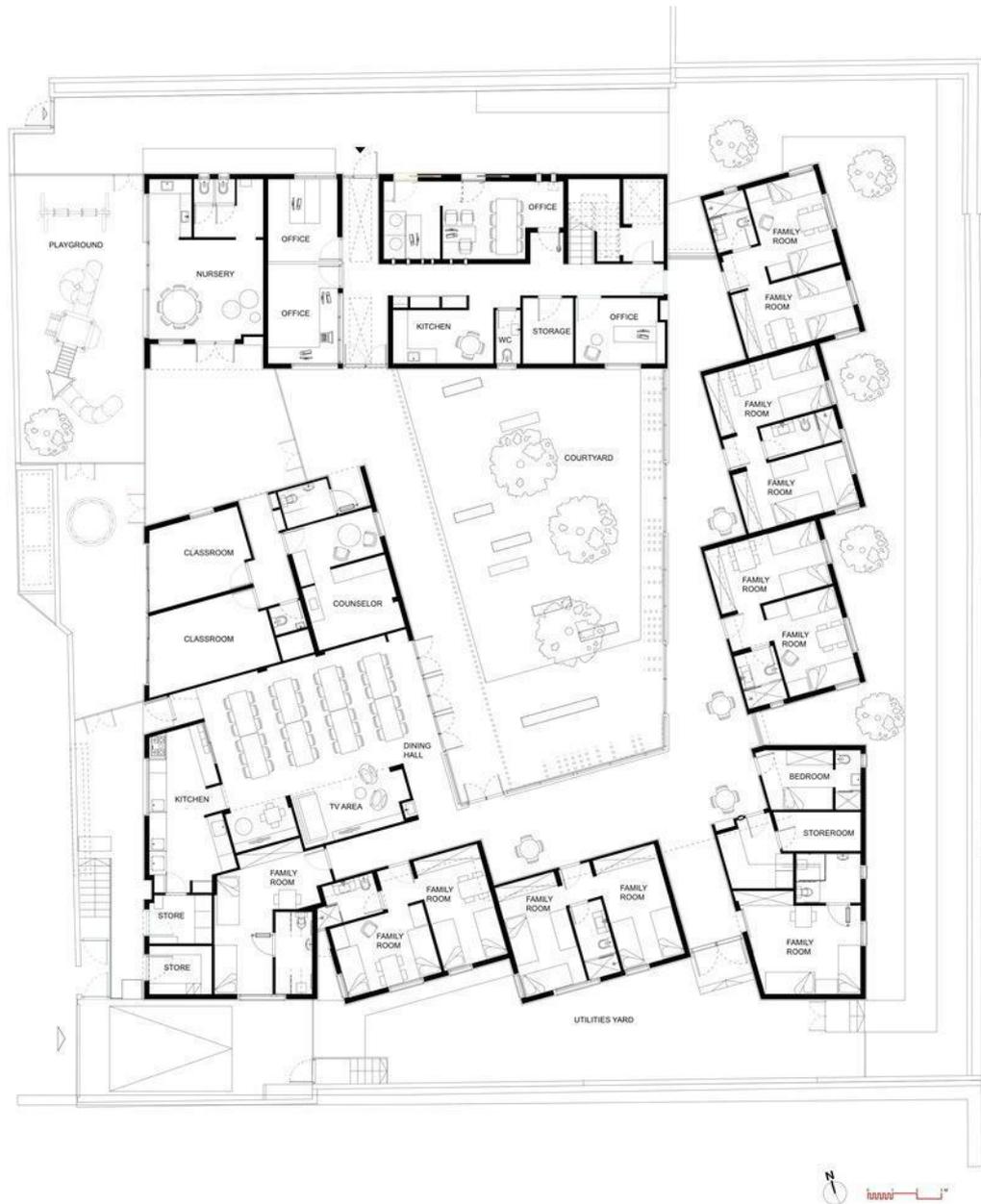
Figura 8: Vista interna para o jardim interno



Fonte: Por Amit Geron, via ArchDaily (2018).

Em termos de funcionalidade, cada mulher ou família acolhida receberia uma unidade habitacional completa, contando com dormitório, banheiro e espaço para refeições, que faria parte de uma unidade maior, o Centro, convergindo para um jardim central, através de corredores, que fazem alusão a ruas. Além dos dormitórios, o Centro conta com uma creche, com objetivo de funcionar como suporte em turno oposto ao de trabalho das mulheres. Essa creche está localizada em posição inversa aos dormitórios, com a ideia de criar uma rotina comum da vida cotidiana: trabalho - creche - casa, independentes.

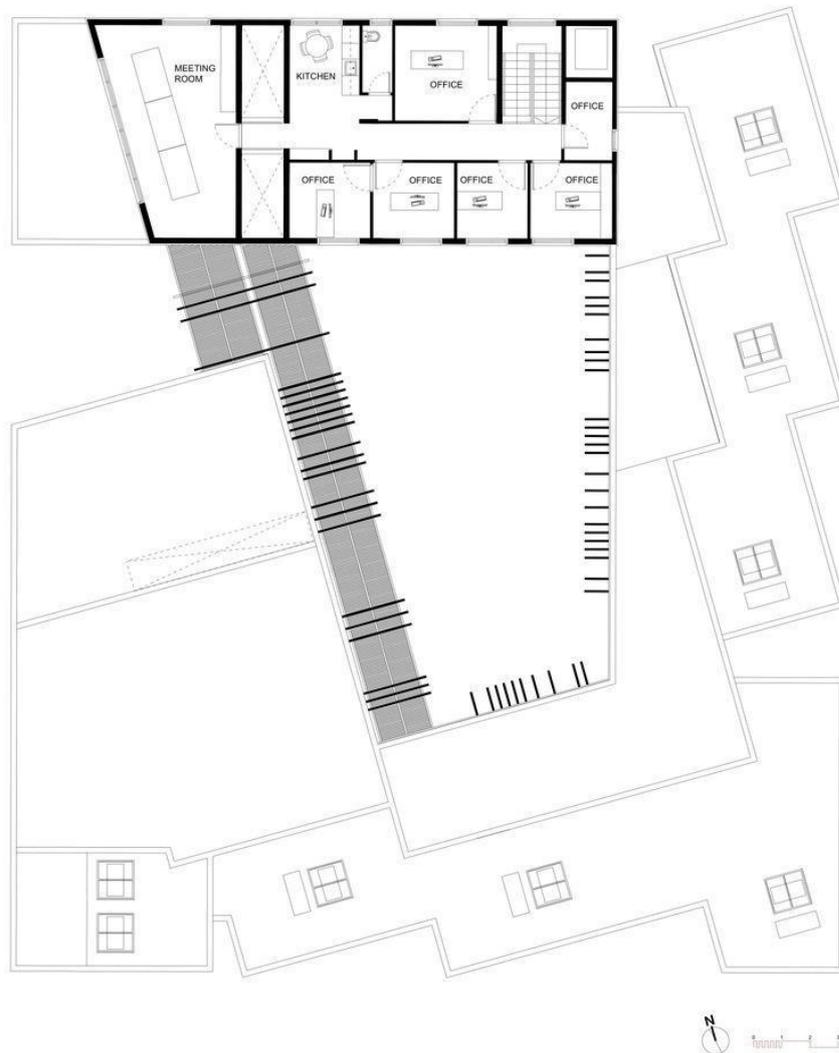
Figura 9: Planta baixa térrea da edificação



Fonte: Equipe de projeto, via ArchDaily (2018).

Compondo o plano de necessidades, o projeto conta também com áreas de convivência, espaços de lavanderia, cozinha e refeitórios de uso coletivo, área para funcionários, salas de diretoria e administração, assim como espaços multidisciplinares, para atendimento psicológico e de assistências social e jurídica, e multifuncional, para a execução de aulas e oficinas realizadas por voluntários, de cuidado pessoal ou formação profissional.

Figura 10: Planta baixa superior da edificação



Fonte: Equipe de projeto, via ArchDaily (2018).

No andar superior da construção, fica concentrada a área administrativa do centro. Com área de convívio para funcionários, descanso e cozinha privativa, e mais escritórios, com uso a depender da demanda do local, como jurídico, contabilidade e salas de reuniões.

Quadro 4: Quadro Síntese de análise do projeto: Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects

| QUADRO SÍNTESE - Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | |
|---|--|
| ESCRITÓRIO | Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects |
| ÁREA | Não informado |

| | |
|-----------------|---|
| LOCAL | Israel |
| ANO | 2018 |
| TIPO DE USO | Acolhimento e assistência psicossocial |
| FRAGILIDADES | Tipologia única de dormitórios |
| POTENCIALIDADES | Projetado com participação da equipe que iria gerir o local; pátios verdes internos; englobou creche no programa. |

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência | ORIGEN 19°41'53''

Outra fonte de referência para esse tipo de projeto foi o Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência, no México. Pelo escritório ORIGEN 19°41'53'', o espaço foi projetado através de um apelo sensorial, traduzindo a arquitetura como uma metáfora, segundo a equipe de projeto. Utiliza de estratégias como contrastes entre luz e sombra, assim como cores e ausência de cores para trazer ritmo aos diferentes espaços.

Figura 11: Vista de acesso



Fonte: Por Luis Gordo, via ArchDaily (2017).

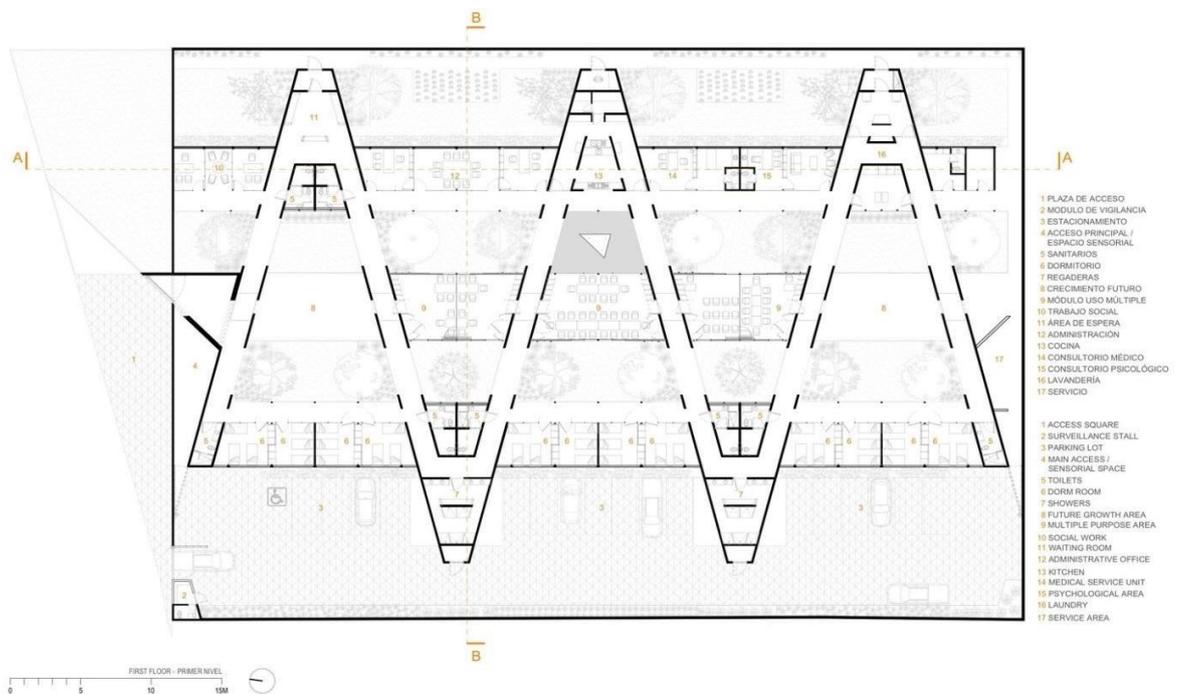
Figura 12: Hall de acesso



Fonte: Por Luis Gordo, via ArchDaily (2017).

O espaço é descrito como silencioso e introspectivo, com um certo rigor em sua forma funcional e formal, com destaque para sua planta em W, com os ambientes diluídos no terreno, conectados por um corredor central, que libera a paisagem para a natureza tomar conta dos espaços abertos. O fato de ser projetado para ser silencioso, reflete a ideia dos arquitetos em fazer-se lidar com o trauma a partir do recolhimento, em termos de autoconhecimento e crescimento pessoal.

Figura 13: Planta baixa da edificação



Fonte: Equipe de projeto, via ArchDail (2017).

Do ponto de vista humanitário, este edifício não deveria existir. No entanto, na ausência de garantias nos direitos e na segurança das mulheres no México, é uma resposta resiliente da nossa profissão, tornando-se uma inovação tipológica fundamental e tornando-se uma referência como arquitetura e instituição que contribui para superar esta problemática. Uma vez erradicado este problema de violência, a flexibilidade do desenho deste edifício permite alterar a sua utilização futura (Archdaily, 2017).

A maioria dos espaços é separada por um plano de vidro, que são espaços com um programa livre, tornando-o mutável através do tempo e da necessidade de uso do espaço. As linhas diagonais que conectam os espaços são abraçadas pela natureza local, tornando o percurso entre as áreas fluido e dinâmico, elas servem de corredor na edificação e foram nomeadas pela equipe de projeto como um “condutor espiritual”.

Figura 14: Vista interna



Fonte: Por Luis Gordo, via ArchDaily (2017).

Figura 15: Vista interna



Fonte: Por Francisco Mendez, via ArchDaily (2017).

Figura 16: Vista da fachada principal



Fonte: Por Francisco Mendez, via ArchDaily (2017).

Quadro 5: Quadro Síntese de análise do projeto: Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência | ORIGEN 19º41'53''

| QUADRO SÍNTESE - Refúgio para Mulheres Vítimas de Violência | |
|---|---|
| ESCRITÓRIO | ORIGEN 19º41'53'' |
| ÁREA | 1226m ² |
| LOCAL | México |
| ANO | 2017 |
| TIPO DE USO | Assistência Social |
| FRAGILIDADES | Uso de materiais frios |
| POTENCIALIDADES | Traçado flexível ao uso; uso de luz e sombra na criação de cenários; paisagismo valorizando a construção. |

Fonte: elaborado pela autora (2024).

7 PROPOSTA

LUGAR DE MULHER: casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL é uma proposta arquitetônica de uma edificação destinada ao auxílio à recuperação da autonomia e independência da mulher em situação de vulnerabilidade, decorrente da violência doméstica.

Utiliza como recurso o aconselhamento jurídico, atendimento psicossocial e de assistência social, junto ao cuidado multidisciplinar existente na rede de apoio Municipal, com atenção à mulher e seus dependentes menores de idade e/ou com deficiência.

Figura 17: Representação realista da proposta | Fachadas



Fonte: elaborado pela autora (2024).

7.1 Inserção Urbana

Figura 18: Diagrama destaca o terreno no bairro Barro Duro, inserido nos limites urbanos de Maceió



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Em posição central no mapa de Maceió, o Bairro do Barro Duro faz encontro com as principais vias coletoras da cidade, o que o localiza em posição de fácil acesso na malha urbana através de diferentes modais, como ônibus municipais e intermunicipais.

Visto que o Bairro apresenta baixos índices de violência relativa aos demais, aliado à sua localização em relação ao encontro das partes Alta e Baixa de Maceió, como uma área de transição, o bairro do Barro Duro foi escolhido para a localização do prédio que aqui se propõe.

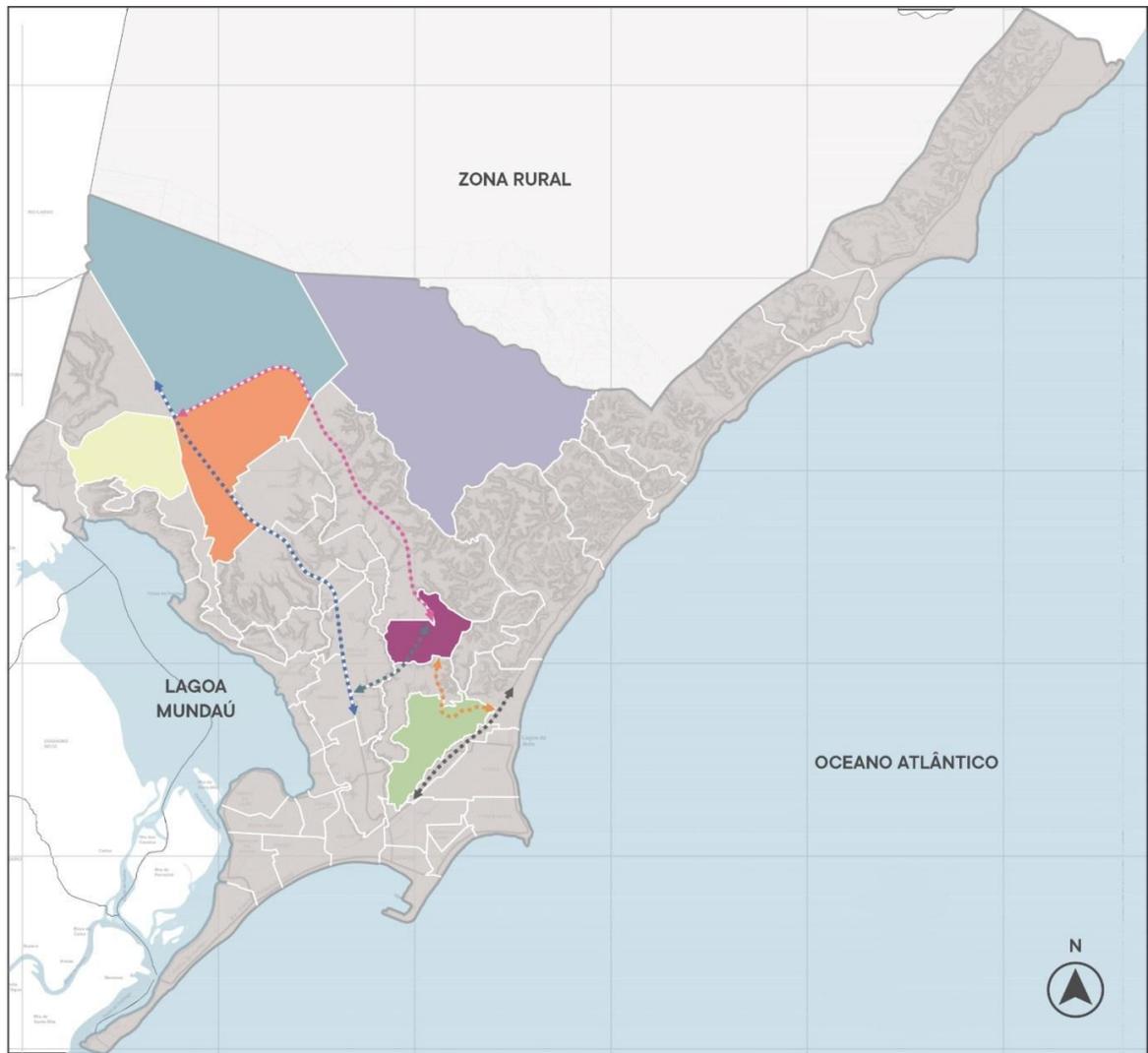
Vale ressaltar que não foi utilizada uma abordagem a fim de destacar quais bairros são seguros para mulheres, visto que inúmeras são as variáveis para o conceito de segurança/sensação de segurança. Mas sim, por meio de dados estatísticos, quais bairros se encontraram em evidência no quesito violência contra a mulher.

Com quase metade do percentual de violência doméstica do Estado, Maceió é dividida entre bairros com índices contrastantes em relação à violência doméstica. Os bairros com

maiores taxas são também os mais populosos, como os bairros da Cidade Universitária, Benedito Bentes, Tabuleiro, Jacintinho e Clima Bom (Figura 19).

Os principais acessos ao terreno no bairro Bairro Barro Duro são através da Via Expressa e Av. Rotary, direcionada pela Av. Fernandes Lima. A partir da parte baixa da cidade, a Av. Juca Sampaio deságua no fluxo para a Via Expressa desde a Av. Gustavo Paiva, via principal de dois grandes Shoppings da cidade (Maceió e Parque Shopping), conforme ilustrado na Figura 19.

Figura 19: Mapeamento da violência doméstica nos bairros de Maceió – Os 5 bairros mais violentos (em quantidade de mortes) em 2012, com as principais vias de acesso ao Bairro Barro Duro



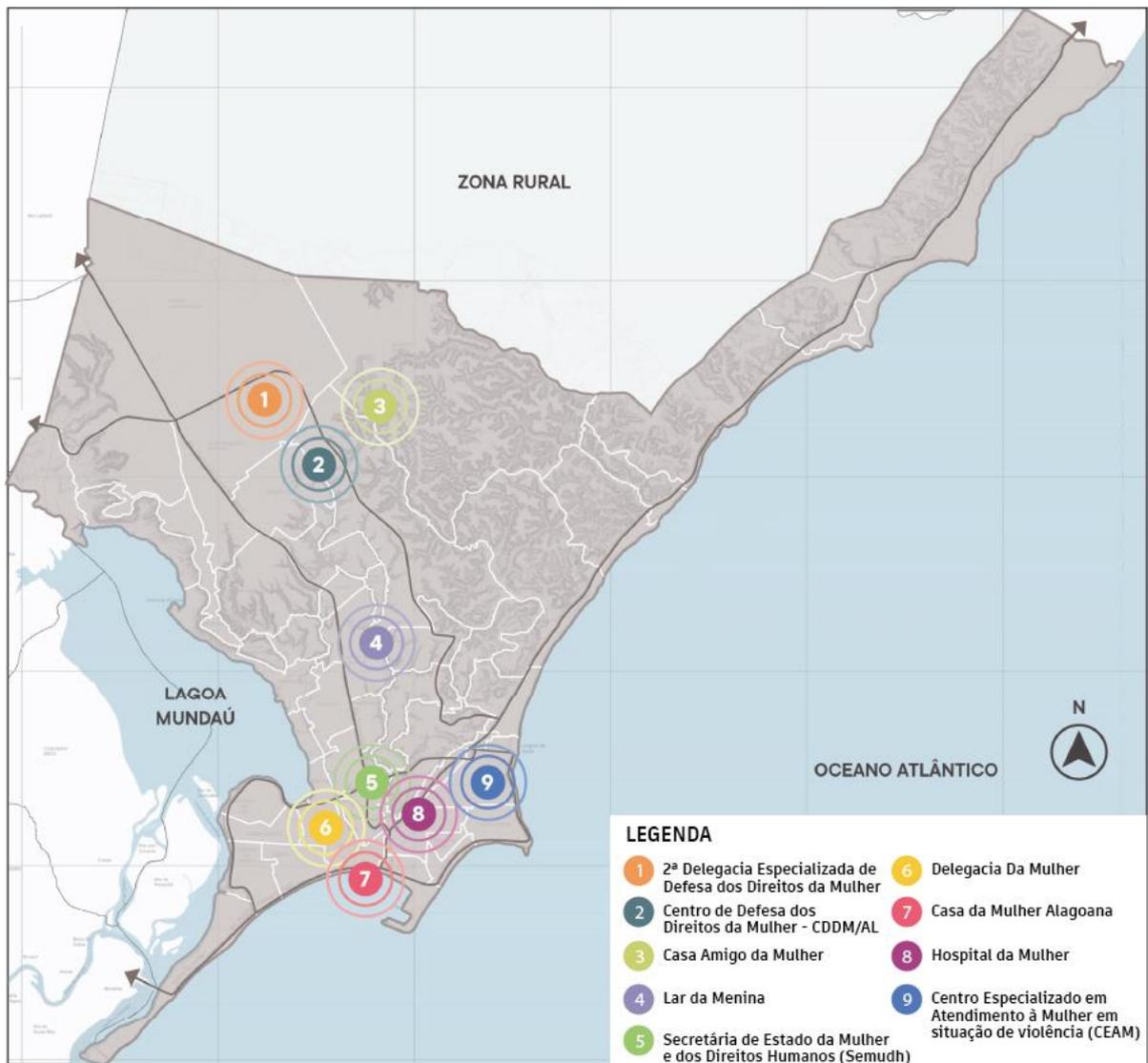
LEGENDA

| | |
|---|---|
| Cidade Universitária | Av. Fernandes Lima |
| Benedito Bendes | Av. Menino Marcelo |
| Tabuleiro dos Martins | Av. Rotary |
| Jacintinho | Av. Juca Sampaio |
| Clima Bom | Av. Comendador Gustavo Paiva |
| Barro Duro | |

Fonte: elaborado pela autora, com dados fornecidos pela ASSTEAC PC (2023).

No mapa abaixo, foi ilustrada a localização dos principais equipamentos urbanos que tecem a rede de apoio às vítimas de violência doméstica na cidade.

Figura 20: Mapeamento dos equipamentos urbanos relativos ao combate à violência contra a mulher existentes na cidade de Maceió



Fonte: elaborado pela autora (2023).

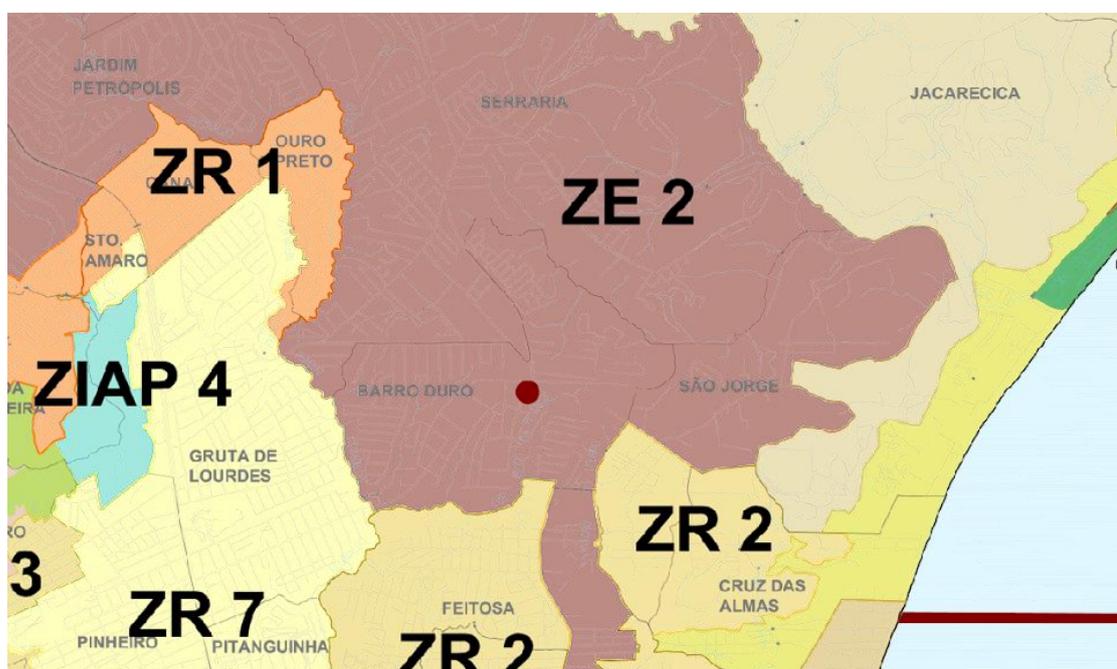
A Figura 20 ilustra a lacuna existente de locais de referência no quesito violência contra a mulher na região onde o Centro foi inserido, no Barro Duro. Estar localizado às margens da Via Expressa, torna-se um local propício para atender não somente outros bairros, mas também a zona rural, além da região metropolitana da cidade de Maceió, sentido Oeste.

Em termos de articulação com outros bairros, já conta com 3 pontos de ônibus dispostos a até 250 m do terreno em estudo. Ao lado do Centro Universitário Mário Pontes Jucá (UMJ), torna-se um ponto de referência, facilitando, assim, o acesso.

Outros atributos para a inserção de um produto destinado às mulheres são destacados, como a iluminação do entorno, visibilidade na paisagem, rota de chegada e de fuga, e a tipologia do uso e ocupação do seu entorno. Com uso residencial sendo o principal encontrado, e supondo uma demanda de moradoras vitimadas ou vítimas em potencial no seu entorno, o uso residencial torna-se um fator de destaque para a recorrente utilização da unidade proposta em termos de suporte em rede, desde que se torne parte das dinâmicas sociais do bairro.

7.2 Legislação Urbana e predial em Maceió

Figura 21: Recorte do Mapa de Zoneamento Urbano de Maceió



Fonte: Código Urbanístico de Maceió (2007) adaptado pela autora.

O terreno faz parte da ZE-2 (Zona de Expansão 2), segundo o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (Maceió, 2007), como uma área de estímulo a serviços urbanos.

Para a zona em questão, alguns parâmetros precisam ser respeitados, que irão delimitar condicionantes físicas e formais da edificação, como taxa de ocupação, vagas de estacionamento, dentre outros fatores para um melhor uso e aproveitamento do terreno. São eles:

Quadro 6: Parâmetros Urbanísticos exigidos para o projeto retirados do Código Urbanístico de Maceió, 2007

| Parâmetros | Taxa/Valor |
|-------------------------------|----------------------------|
| Taxa de Ocupação | 60% |
| Coeficiente de Aproveitamento | 1,2 |
| Recuo Frontal | 3m |
| Recuos laterais e fundo | 1,5m |
| Classificação dos usos | |
| Serviço e Assistência Social | |
| Grupo 4 | Acima de 900m ² |
| Vagas de Estacionamento | 1 vaga/100m ² |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Para a edificação de uso Não Residencial de até 2 pavimentos, deve-se seguir os parâmetros urbanísticos referentes ao Uso Residencial 1 (UR-1), segundo o Código Urbanístico de Maceió (Maceió, 2007).

Quadro 7: Recorte do uso Não Residencial retirado do Código Urbanístico de Maceió

Art. 450. As edificações de uso não residencial observarão as condições gerais pertinentes às edificações, bem como às demais estabelecidas nas seções deste capítulo.

Art. 451. Toda edificação de uso não-residencial obedecerá às seguintes condições:

I – as edificações horizontais, com até 2 (dois) pavimentos, seguirão os mesmos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o Uso Residencial 1 (UR-1), salvo as restrições específicas previstas no zoneamento;

Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (2007).

Desse modo, ao aplicar os parâmetros exigidos pelo Código Urbanístico de Maceió, com o terreno de área 2.996m², para a situação proposta, a taxa de ocupação atingida foi de 51% (máximo permitido de 60%) e a área total construída, 1.648m². A área construída permitida para esse uso é 1,2 vezes essa área, permitindo até 2 pavimentos.

Quadro 8: Quadro resumo de parâmetros urbanísticos por zona e corredor urbano, retirado do Código Urbanístico de Maceió

| Zonas | Usos | Taxa de Ocupação do Terreno Máxima | Altura Máxima da Edificação (nº pavtos) | Testada Mínima do Lote (m) | Área Mínima do Lote (m ²) | Recuo Mínimo | | Coeficiente de Aproveitamento do Terreno | Vagas de estacionamento |
|---|---|--|---|----------------------------|---------------------------------------|---------------------------|---------------------------|--|---|
| | | | | | | Frontal (m) | Laterais e de fundos (m) | | |
| ZE-2 | UR-1 | 60% | 2 | ---- | ---- | 3 | 1,5 | 1,2 | Espaço p/ guarda de 01 veículo |
| | UR-4 | Para condomínios horizontais, aplicam-se os critérios definidos para o uso UR-1; Para condomínios verticais, aplicam-se os critérios definidos para o uso UR-5. | | | | | | | |
| | UR-5 | 50% | 10 | ---- | ---- | $R = 3,5 + \frac{n-2}{2}$ | $R = 1,5 + \frac{n-2}{2}$ | 4 | AC: - até 100m ² : 1 (uma) vaga por unidade; - superior a 100m ² até 250m ² : 2 (duas) vagas por unidade; - superior a 250m ² : 3 (três) vagas por unidade. |
| | | 35% | 15 | | | | | | |
| | | 20% | 20 | | | | | | |
| | Comercial, Serviços e Industrial – Grupos I, II e III, IV e V | AC até 70m ² : 70% | 2 (*8) | ---- | ---- | 5 | 1,5 | 1 | AC: - até 70m ² : isento; - superior a 70m ² até 400m ² : 1 (uma) vaga p/ cada 50m ² ; - superior a 400m ² até 900m ² : 1 (uma) vaga p/ cada 75m ² ; - acima de 900m ² : 1 vaga p/ cada 100m ² . |
| AC: - até 300m ² : 70%; - até 900m ² : 60%; | | 3 | | | | | | | |
| - acima de 900m ² : 50% | | 4 | | | | | | | |

AC – Área construída. n - número de pavimentos.
 (*8) – Podendo chegar até 20 pavimentos, sendo que a partir do 3º piso obedece as regras do uso UR.,
 Na ZE-2, para novos parcelamentos a testada mínima é 15m e a área mínima é 450m².

Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió (2007).

7.3 Terreno

Ao se tratar de um terreno de esquina, duas são as frentes, uma delas voltada à Av. Muniz Falcão, que apresenta um fluxo rápido de veículos, e a outra frente, voltada à continuação da Av. Menino Marcelo, com menor fluxo de veículos.

Figura 22: Localização do terreno com marcação da geometria do lote



Fonte: Base Cartográfica de Maceió (2016).

O lote encontra-se, até então, vazio, mas com previsão de construção de um edifício vertical residencial e multifamiliar. Nas imagens abaixo, tem-se a visão da fachada lateral voltada à rua de baixo fluxo (orientada a Leste), onde será definido o acesso principal ao terreno (Vista A).

Figura 23: Foto do terreno visto da rua (Vista A)



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 24: Foto do entorno (Vista B)



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A escolha do terreno foi direcionada não somente a partir da posição estratégica do bairro na cidade de Maceió. Foram considerados também o uso das edificações do seu entorno e a forma de ocupação dos terrenos nas suas imediações.

O seu entorno imediato apresenta majoritariamente edificações de uso comercial, como posto de gasolina, lojas, restaurantes e supermercados; assim como o uso educacional, com a UMJ (Centro Universitário Mário Pontes Jucá) em seu terreno adjacente. Também compõem seu entorno, o uso residencial, com tipologia unifamiliar e multifamiliar, com edificações verticais de até três pavimentos.

Figura 25: Mapeamento de uso e ocupação do solo em recorte do bairro do Barro Duro



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A chegada para a edificação seguindo a direção do fluxo viário é composta por um corredor de serviços, o que sugere a vitalidade em horário comercial desta via principal. Para o turno da noite, observa-se que as áreas adjacentes a instituições de ensino superior

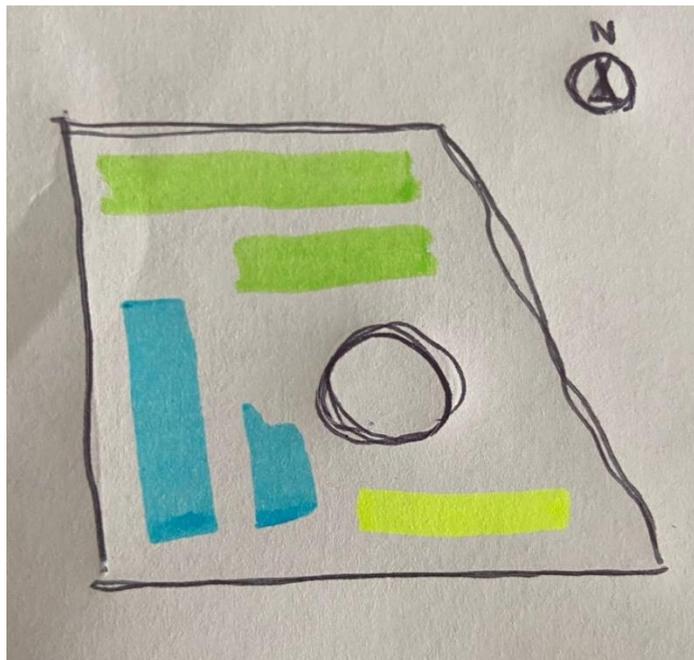
possuem um fluxo de pedestres intenso até o horário final da instituição, neste caso, a UMJ, com turnos até as 22 horas. Aliado a isto, na esquina Leste à testada do terreno, encontra-se um posto de gasolina, também com horário de funcionamento até as 22 horas.

7.4 Ocupação no terreno

Inserindo o entendimento das variáveis ambientais dos ventos e insolação, foi priorizado abrir áreas verdes no sentido da captação dos ventos e proteção das áreas de permanência e dormitórios. Por outro lado, ambientes que necessitam de maior privacidade, como as salas de atendimento psicossocial e jurídico, foram deixados em áreas de maior insolação e menor incidência de ventos por entender que estes ambientes precisam ser isolados para priorizar a privacidade, com auxílio de condicionamento artificial durante seu uso. Pensar em outras alternativas de conforto poderia trazer uma sensação de vulnerabilidade e deixar o ambiente inseguro para aquelas que necessitam de suporte e discrição.

A Figura 26 retrata um croqui a nível de estudo do projeto, com uma setorização básica das áreas principais, o que futuramente culminou na planta final da edificação.

Figura 26: Croqui de estudo preliminar



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Em verde, estão os ambientes de acesso ao público (dia), como creche, palestras e oficinas, além dos espaços de triagem e atendimento individual. Em azul, marca-se os dormitórios, que seria o uso-noite, com acesso somente para residentes e funcionárias, portanto restrito aos demais usuários. Já em amarelo, encontram-se os ambientes de permanência das moradoras, como área de convívio, refeitório e serviços.

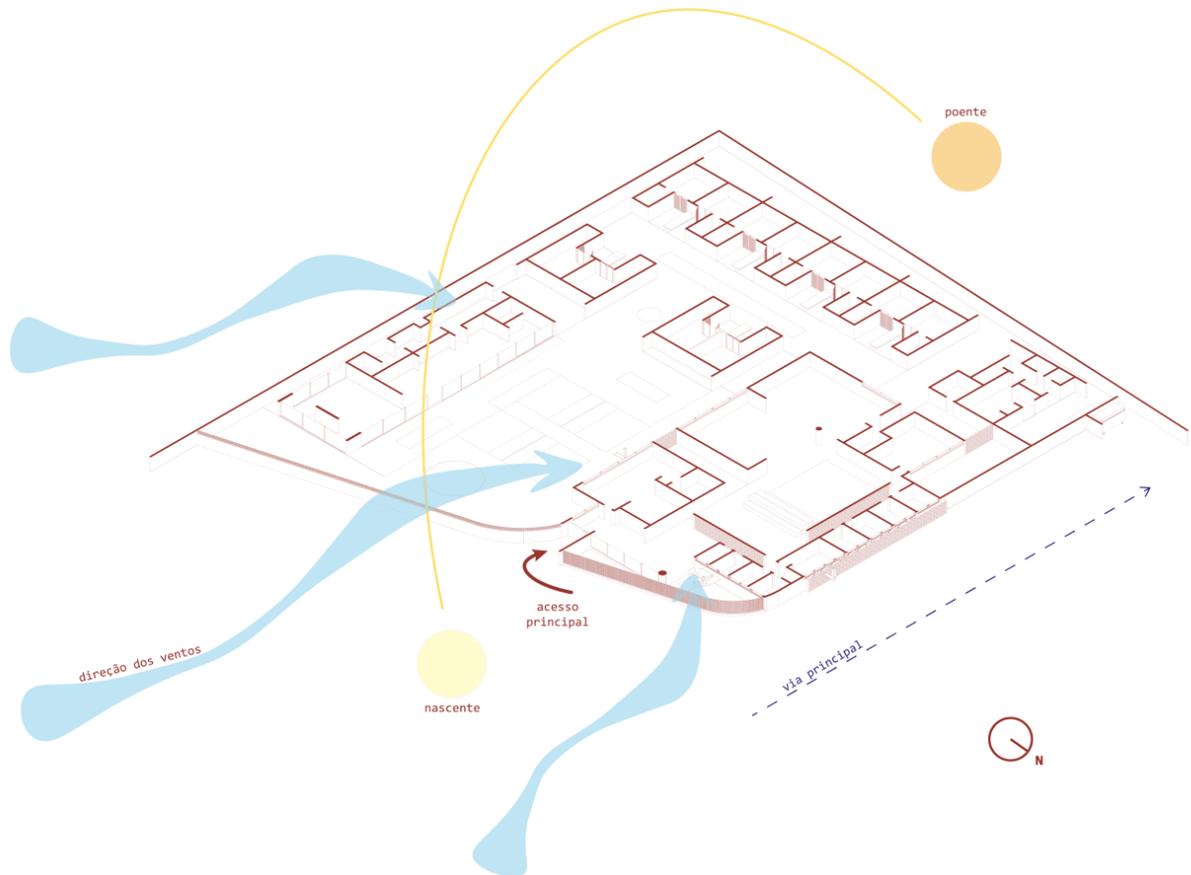
O entendimento da diferença entre os usuários dia e noite definem os níveis de segurança de cada setor, divididos aqui em público e privado.

7.5 Aspectos bioclimáticos

Com suas testadas voltadas predominantemente a Norte e Leste, tem-se no seu encontro com o terreno vazio, área de maior predominância dos ventos, sendo eles Sudeste, Sul, Leste e Nordeste.

A testada principal de acesso ao terreno encontra-se voltada à Leste, recebendo insolação predominante no período da manhã. A fachada Oeste, que seria impactada pelo Sol da tarde, está protegida pela edificação do Centro Universitário vizinho. Partindo dessa setorização ambiental, foram locadas as áreas de permanência e de transição, seguindo as necessidades de ventilação e insolação de cada uso, demonstradas no diagrama a seguir.

Figura 27: Diagrama solar com ventos predominantes

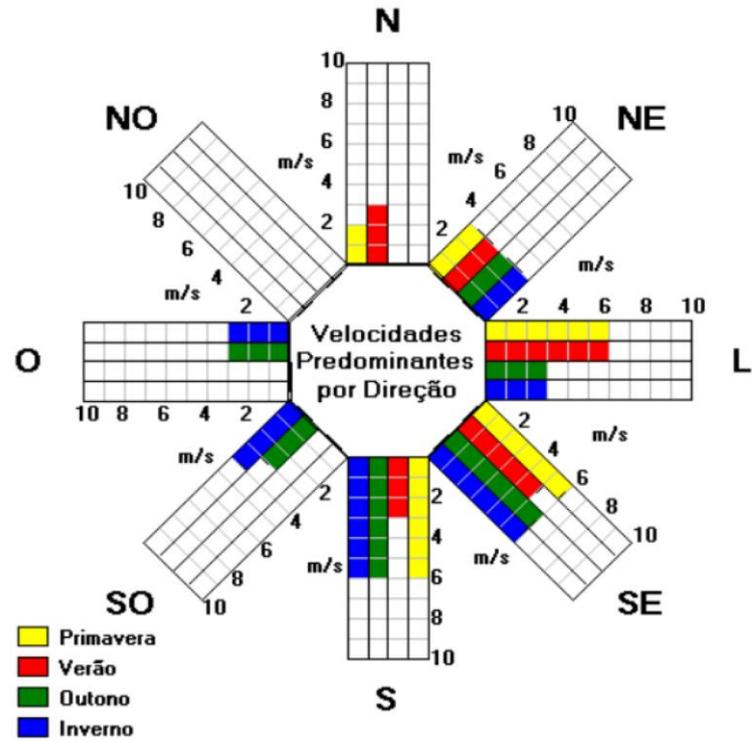


Fonte: elaborado pela autora (2024).

A iluminação natural foi priorizada como norteadora do projeto, aliada ao paisagismo nas áreas verdes de permanência e de transição. A alternância entre ambientes abertos e fechados, cobertos e vazados, conceitua o ritmo do projeto de valorização da natureza e o contato direto com a natureza. O uso de cobogós internamente, e brises na fachada, tornam o ambiente permeável aos olhares em sua área pública. Em sua fachada de uso reservado às mulheres residentes, aberta para a rua com a utilização dos brises, o uso de vegetação de maior porte e densidade, auxilia no fator privativo.

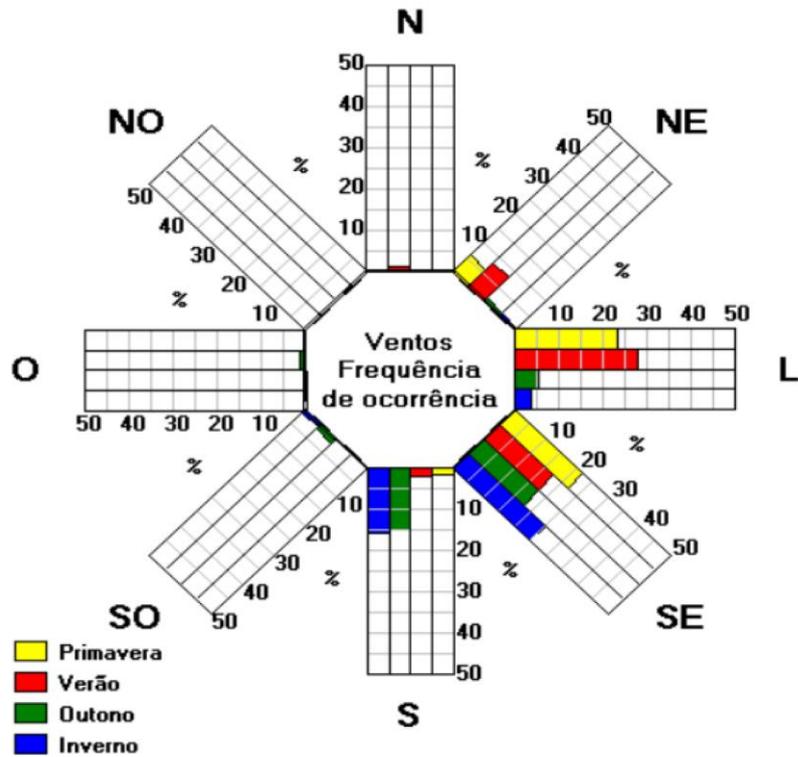
As Figuras 28 e 29 ilustram a Rosa dos Ventos de Maceió. Nela, revelam-se a frequência dos ventos predominantes e a velocidade dos mesmos, por estação, na cidade de Maceió, para cada direção.

Figura 28: Rosa dos Ventos para cidade de Maceió (velocidades)



Fonte: SOL-AR (2023).

Figura 29: Rosa dos Ventos para cidade de Maceió (frequência)



Fonte: SOL-AR (2023).

Os módulos de dormitórios foram dispostos de modo que suas aberturas favoreçam o fluxo de ventilação por uma janela em fita em cada unidade, e uma esquadria de correr em lados opostos da unidade. Para o cruzamento do ar acontecer, foi utilizada uma esquadria com veneziana em alumínio em seu acesso principal, com uma folha de vidro. Desse modo, com a folha de vidro aberta, possibilita-se o fluxo contínuo de ventilação com a folha veneziana vazada. O acesso até a entrada dos dormitórios é feito a partir de uma entrada individual, funcionando como uma varanda para cada unidade.

A escolha da veneziana vazada faz alusão às portas com grades, utilizadas comumente em casas com abertura direta para a calçada. Nelas, mantendo apenas a grade (ou a veneziana, neste caso) fechada, consegue-se ventilação e a sensação de segurança ao mesmo tempo.

7.6 Acessos e fluxos urbanos

Figura 30: Diagrama de acessos e fluxos ao terreno



LEGENDA

- Sentido das vias
- - - Ciclovia
- Pontos de ônibus (até 250m até a edificação)
- Acesso principal
- Acesso de serviços

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O acesso ao terreno que recebe a proposta do Centro de Referência se dá a partir de três principais meios: transporte coletivo (ônibus) e transporte individual, carros, motos e bicicletas.

Em seu entorno imediato, foram encontradas 3 paradas de ônibus, numa distância máxima de 250 metros andando até o local a partir de cada uma. Desse modo, as principais vias que interseccionam o terreno fornecem a possibilidade de parada próxima ao local, seja sentido Via Expressa, ou sentido à parte baixa da cidade. Para o transporte individual, a proposta fornece estacionamento em sua área externa do terreno, para motos e carros, englobando ainda uma vaga acessível.

O terreno possui uma ciclovia que passa pela sua testada Norte, facilitando também o acesso de ciclistas.

7.7 Princípios norteadores

Para a concepção do Centro aqui apresentada, três foram os pontos que delinearão as decisões projetuais que sintetizam a premissa da proposta, são elas:

- **Níveis de segurança**

A lógica projetual do equipamento é categorizada em zonas divididas por níveis de segurança, com espaços que funcionam como peneiras, como a recepção, que age como um filtro que escoar e distribui os usos; e áreas verdes que respiram entre zonas. As demais áreas são chegadas a partir de um acesso guiado para visitantes;

- **Público-alvo**

São eles: mulheres e dependentes residentes, mulheres flutuantes (usuárias e voluntárias) e familiares (rede de apoio).

- **Capacitação e autonomia**

A autoestima entra como um componente necessário para alavancar suas potencialidades. Esse fortalecimento gera confiança para alcançar novos lugares, propiciados

pela capacitação técnica na geração de trabalhos manuais ou intelectuais, gerando autonomia financeira e emocional, base para a superação pessoal.

7.8 Programa Arquitetônico

A concepção do plano de necessidades foi fundamentada na interseção de informações colhidas nos estudos de caso anteriormente expostos, e das normativas existentes sobre Centros de Referência para mulheres, culminando em um levantamento dos espaços essenciais e das atividades destacadas na avaliação da proposta.

O quadro abaixo ilustra o material desenvolvido, definindo os ambientes por setor e seu dimensionamento correspondente, de acordo com a abordagem arquitetônica definida.

Quadro 9: Plano de necessidades arquitetônicas com área

| PLANO DE NECESSIDADES ARQUITETÔNICAS | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Pavimento Térreo | | |
| AMBIENTE | SETOR | ÁREA |
| Recepção | RECEPÇÃO | 66m ² |
| Lavabo | | |
| Área sociável para crianças | CRECHE | 68m ² |
| Área de descanso para crianças | | |
| BWC Infantil | | |
| Triagem | TRIAGEM | 30m ² |
| Assistência Social | | |
| Aconselhamento Jurídico | | |
| Administração | | |
| Atendimento Psicossocial | ATENDIMENTOS | 28m ² |
| Laboratório | ÁREA DE ESTUDOS | 32m ² |
| Espaço de Exposições | ÁREA DE CONVIVÊNCIA Pública | 186m ² |

| | | | | |
|-----------------------|-------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|
| Oficinas e Palestras | | | | |
| Estar | | | | |
| WC PCD | | | | |
| Depósito | SERVIÇO | 92m ² | | |
| DML | | | | |
| Lavanderia | | | | |
| Copa | | | | |
| Vestiário | | | | |
| Área de descanso | | | | |
| Dormitórios | | | ACOLHIMENTO | 300m ² |
| Refeitório | ÁREA DE CONVIVÊNCIA Privada | 184m ² | | |
| Cozinha | | | | |
| Área de serviço | | | | |
| Coradouro | | | | |
| Despensa | | | | |
| Lavatório | | | | |
| WC PCD | | | | |
| Estar | | | | |
| Pavimento Superior | | | | |
| AMBIENTE | | | SETOR | ÁREA |
| Área de descompressão | ÁREA DE CONVIVÊNCIA Pública | 98m ² | | |

Fonte: elaborado pela autora (2024).

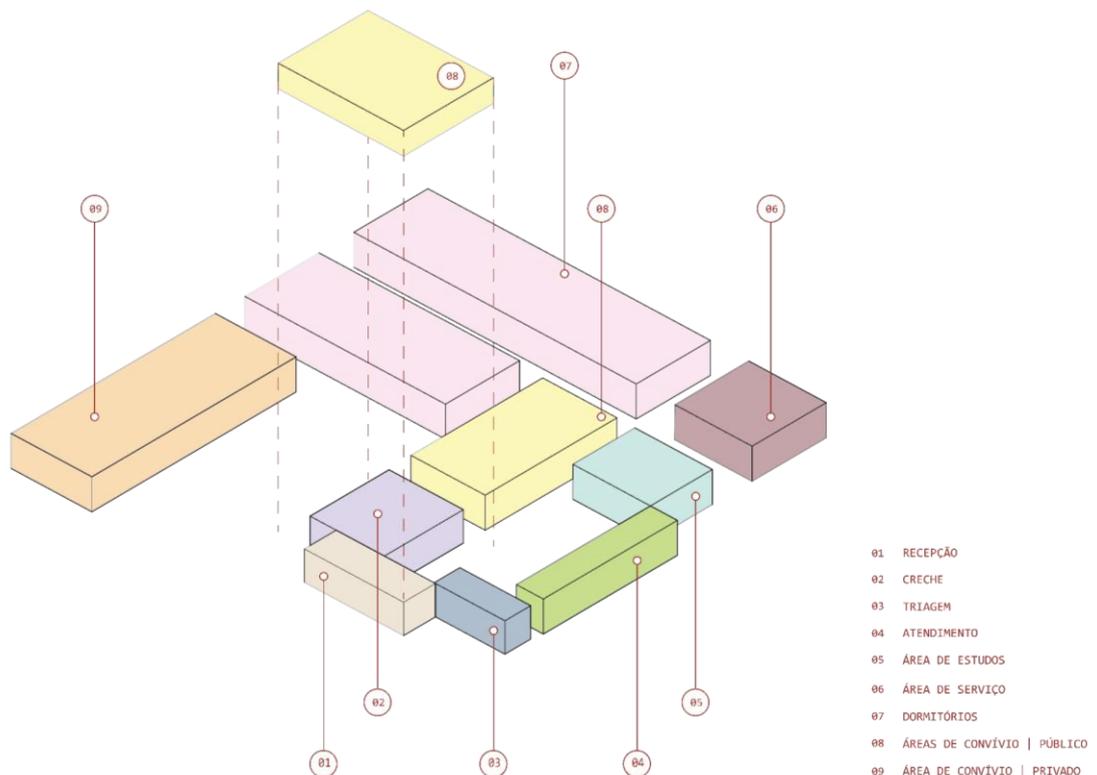
7.8.1 Fluxograma

O diagrama de fluxo (Figura 31) retrata, de forma bidimensional, o sentido de uso dos espaços e a relação entre eles. Observa-se, também, a conexão e separação criadas entre espaços públicos e privados, permeadas por áreas verdes externas.

7.8.2 Zoneamento

O diagrama abaixo demonstra de modo tridimensional no terreno como os diferentes setores interagem entre si, e como alguns trabalham com seu uso específico individual, e outros funcionam como espaços de transição e conexão.

Figura 32: Setorização do programa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Seguindo com os níveis de segurança, para o nível 1, tem-se que as mulheres e seus dependentes residentes possuem acesso irrestrito a todos os ambientes do equipamento, incluindo à creche, que poderá contar com programa de voluntariado no cuidado das crianças.

O segundo nível de segurança, categorizado pelas mulheres flutuantes são divididas em duas possibilidades, as mulheres que utilizam dos serviços, como terapias e aconselhamentos, e mulheres voluntárias, que trabalham em oficinas e promovem atividades extras, como por exemplo, grupos de leitura, oficinas de aprendizagem digital e de tecnologia, e oficinas destinadas ao mercado de trabalho e empreendedorismo.

Já o terceiro nível de segurança detém os familiares e visitantes, que formam a rede de apoio daquelas que residem nas acomodações. Para estes, o acesso para além da recepção é feito de modo guiado.

7.9 Memorial Descritivo Justificativo

7.9.1 Inserção paisagística

Visto que um dos princípios do Centro é ser visto e identificado como um Marco na cidade, ele deve ser facilmente acessado e identificado na paisagem, criando uma figura de interesse e curiosidade no seu uso. Desse modo, mais mulheres poderiam conhecê-lo e frequentá-lo. Da mesma forma, sendo reconhecido na escala urbana local, o seu acesso torna-se mais fácil àquelas que não estão habituadas às dinâmicas do bairro.

Figura 33: Representação realista da proposta



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Outro fator pertinente na escolha em criar um marco visual, é reforçar que a luta feminina por independência, autonomia e segurança na cidade não pode continuar a ser um

tabu na sociedade. É preciso que sejamos vistas nos espaços públicos para podermos alcançar novos espaços.

É importante reforçar que Centro de Referência não é um equipamento de caráter sigiloso. As vítimas que estiverem em situação aguda de violência e que necessitem de proteção e afastamento da vítima, busquem a Delegacia da Mulher ou a Patrulha Maria da Penha para o devido encaminhamento a outros equipamentos de proteção às vítimas, como a Casa Abrigo, essa de formato sigiloso, com segurança 24h e em local escondido na cidade.

7.9.2 Setores

O programa é distribuído majoritariamente no pavimento térreo, com uso de uma cobertura distinta que contrasta com o gabarito do entorno como um marco gentil na paisagem. A cobertura inclinada também setoriza o uso público da edificação, em oposição aos blocos de laje plana, com uso privativo. Em contraposição da atenção chamada para a cobertura inclinada, tem-se a discrição dos blocos térreos de laje plana. Estes, marcam espaços exclusivos para residentes, a fim de mimetizar com a paisagem e vegetação escolhida para os limites da construção. No pé-direito duplo criado através da inclinação da cobertura nasce um mezanino utilizado para atividades alternativas ao uso comum do espaço como área de permanência.

Figura 34: Representação realista da proposta



Fonte: elaborado pela autora (2024).

No acesso principal da edificação, o primeiro contato com o Centro é através da recepção. A partir dela, bifurcam-se os usos. Pode-se partir diretamente para a creche, de forma a distanciar o uso de serviço voltado às crianças com os usos de acolhimento e suporte emocional. Para aquelas que possuem trabalho externo, o programa prevê creche para auxílio no cuidado das crianças em período diurno, enquanto a mãe está ausente. Esse espaço possui uma área de lazer coletiva, para realização de atividades em grupo; uma área de descanso, para eventuais cochilos; e um banheiro, composto de bacias sanitárias e chuveiros individuais, com lavatório externo.

Para o lado oposto, chega-se à área de triagem, onde ficam situadas as salas de aconselhamento jurídico, de assistência social, administração e lavabo. Para adentrar os espaços além da creche, é necessária a identificação pessoal na recepção.

O projeto propõe um conjunto de elementos que tem por objetivo criar espaços que possam, ao mesmo tempo, acolher com dignidade a mulher, no sentido de distanciar a vítima do seu agressor; assim como propor meios de reconhecer a agressão como violência doméstica, e assim, trazer conhecimento e fortalecimento pessoal à mesma.

De modo a oferecer autonomia financeira, propõe espaços para oficinas de capacitação técnica, como forma de retorno ou inserção no mercado de trabalho, para aquelas que antes eram dependentes financeiramente do seu agressor ou de terceiros.

Partindo da triagem, a área de circulação não é somente de transição entre os espaços. Nesta, há uma área de exposições no sentido de promover a divulgação artística das mulheres que fazem parte do Centro. Ali, há um espaço de permanência para contemplação junto à área verde interna. Separando a área externa por cobogós, os consultórios de atendimento psicológico encontram-se na lateral desta área, abertos no sentido Norte da edificação.

A partir desta mesma área, dá-se o caminho para o laboratório/área de estudos, composta por computadores e acervo físico com material didático de leitura; e a área de permanência pública é integrada ao espaço destinado às oficinas e palestras, incluindo a possibilidade de haver capacitações a nível profissionalizante. Esta área conta com um espaço com bancada para promover lanches rápidos ao público participante das ações promovida, além de lavabo PCD.

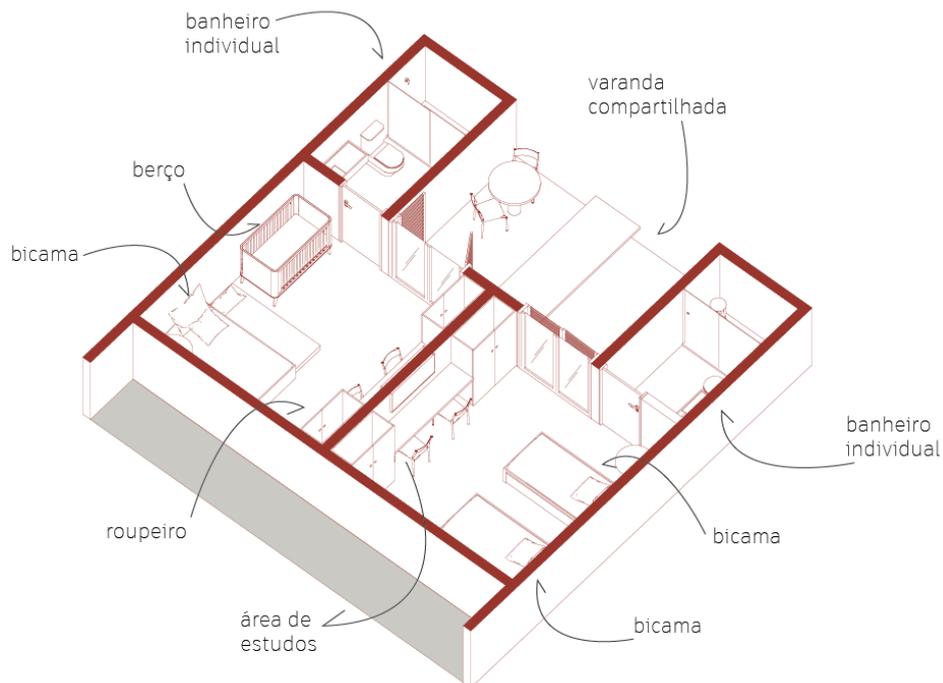
Desse setor, parte-se à área externa, onde fica localizada a área de serviço destinada à manutenção do local, com uso exclusivo dos funcionários. O bloco de serviço destinado a

funcionárias segue programa comercial de serviços, com vestiário, área de descanso coberto, copa, além de depósitos e espaço destinado à coleta seletiva de resíduos sólidos. O pergolado na área externa propõe área de descanso exclusiva para funcionários.

Seguindo pelo fluxo da área externa, encontram-se os dormitórios, são eles 12 unidades de 25m² cada. Cada dormitório conta com banheiro individual e varanda aberta para as outras unidades. Foram propostas duas tipologias de acomodação, de modo a englobar diferentes arranjos de família, ou ainda a mulher que adentrar ao espaço sozinha.

O tipo padrão é composto por 2 camas com bicama, e a variação desta é uma das camas ser substituída por um berço, como ilustrado na imagem abaixo:

Figura 35: Diagrama dos tipos de acomodação



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O bloco dos dormitórios é pensado em paralelo, com portas que abrem de frente para as outras, e unem os acessos em varandas a cada dois módulos, com ideia de promover habilidades de socialização e coabitação. Respeitando a individualidade, foi feita uma modulação do espaço privativo dos quartos para cada núcleo familiar.

Figura 36: Representação realista da proposta | Acesso dos dormitórios



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Já o bloco de serviços interno segue programa residencial, com a possibilidade de cozinha com modulação industrial, destinado às residentes. Propõe-se uma infraestrutura mais próxima a ideia de casa, com espaços de refeições coletivas, cozinha, lavanderia com coradouro, despensa, depósito e casa de gás. Também inclui área de lazer interno, com televisão, que sugere o hábito antes comumente observado em lares, com as famílias se reunindo diariamente para uma atividade em comum, cada vez mais distanciados pelo uso dos celulares.

Como lazer externo, tem-se áreas cobertas e descobertas, pensando prioritariamente nas crianças que acompanham suas mães, mas também em atividades coletivas de movimentação ativa do corpo, sugerindo esportes, meditações e grupos de leitura e de promoção da fé.

Figura 37: Representação realista da proposta | Área externa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 38: Representação realista da proposta | Área externa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

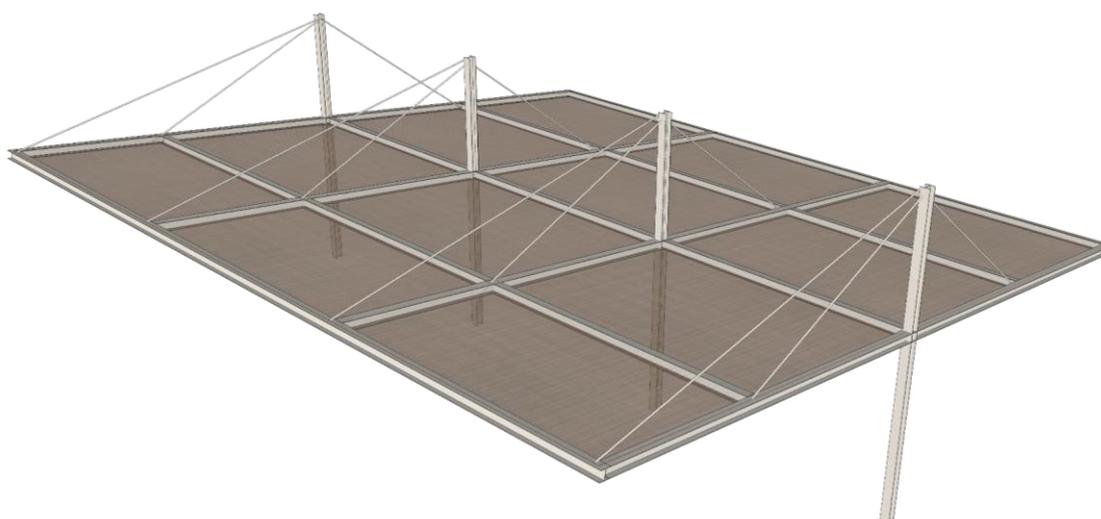
7.9.3 Sistemas construtivos

A proposta prevê um padrão de fechamento em esquadrias de alumínio e vidro. Para a porta de acesso às acomodações, a folha de alumínio e vidro acompanha uma folha de alumínio vazado, em escama, para propiciar a passagem da ventilação. Em sua porta de acesso principal da recepção, foi sugerida uma esquadria em duas folhas de giro, em ACM.

Também foram utilizados cobogós feitos em tijolo batido intercalado. Ele foi utilizado em sua fachada Norte para proteger as salas de atendimento psicológico, permitindo a passagem de ventilação, atrelado ao uso de vegetação. Também na fachada, foram utilizados brises fixos em alumínio, no sentido vertical. Eles ajudam a dar privacidade às áreas abertas sem a perda total da visão, favorecendo a permeabilidade da vista.

As cobertas independentes dos blocos foram feitas em laje plana impermeabilizada, com inclinação de 0,5% para queda d'água em um ralo pluvial, descendo por um tubo de queda na alvenaria. O programa possui caixas d'água com capacidade total de 23.000L: 6 unidades de 2.000L para serviços e acomodações; 3 unidades de 2.000L para bloco principal; 1 unidade de 5.000L para serviço das moradoras e área de convivência.

Figura 39: Axonometria explodida da cobertura principal da proposta



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A cobertura principal é composta por quatro pilares com tirantes sustentando os nós da estrutura que não possuem pilares, para deixar o vão interno mais livre. Para o travamento da

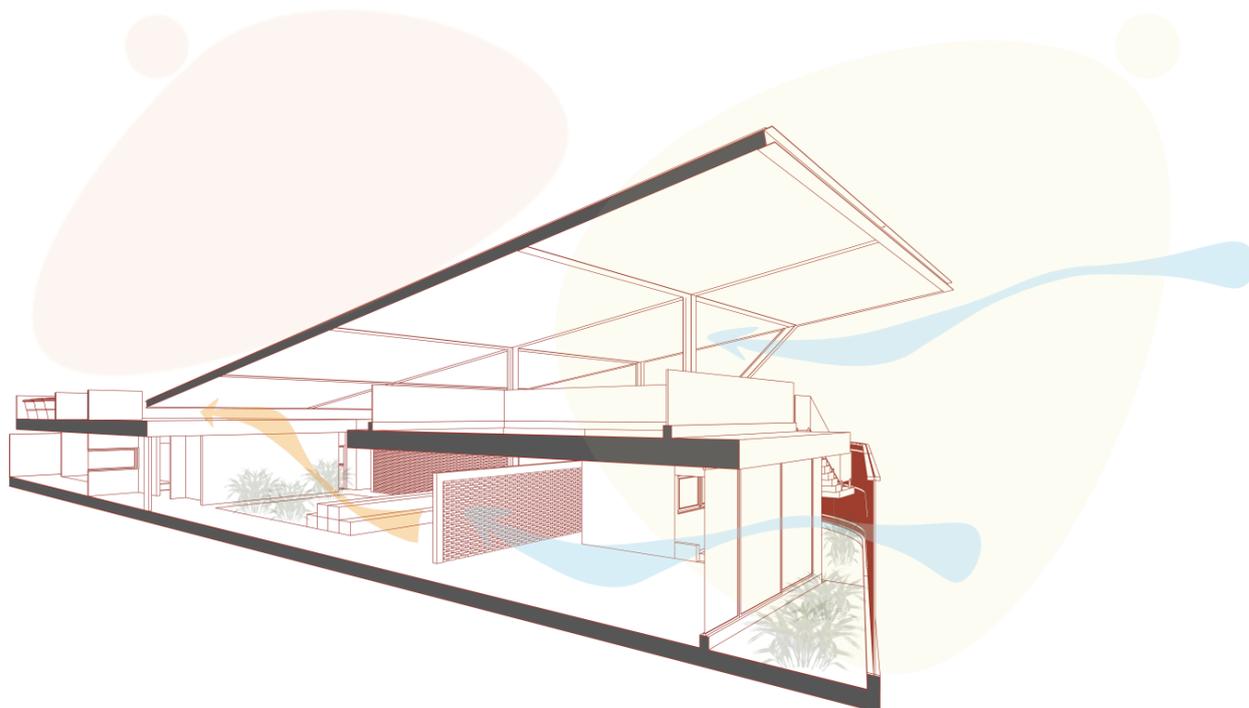
estrutura, deve ser incluído um sistema de travamento dos pilares, como uma barra no sentido horizontal, a fim resistir aos movimentos de tração e compressão, natural do material.

Apoiada na estrutura, telhas termoacústicas acompanham a inclinação dos perfis metálicos em sua face superior. Já na face inferior, tem-se um forro de madeira no fechamento interno. A escolha pela madeira com função de forro foi delineada a partir das suas propriedades térmica e estética, que será vista no nível da calçada e internamente.

A fim de proporcionar um maior sombreamento e direcionar estratégias de cruzamento da ventilação natural no bloco principal do Centro, foi idealizada uma cobertura em estrutura metálica com pintura eletrostática na cor branca, com inclinação maior no sentido dos ventos predominantes, sendo eles Sudeste e Sul. Utilizando-se de pressão negativa, o vento quente consegue sair a sentido Oeste, na parte mais baixa da cobertura. A partir dos pátios internos, o vento captado pela cobertura é direcionado para os demais ambientes, através de esquadrias e vãos livres.

Com inclinação de 15%, foi possível criar um espaço de convivência no nível superior da edificação, com pé direito livre de 2,45m na sua parte mais baixa.

Figura 40: Corte esquemático da cobertura principal



Fonte: elaborado pela autora (2024).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do anteprojeto apresentado se norteia a partir de diretrizes já existentes de Centros de acolhimento, de forma a reafirmar seu propósito e testar novos arranjos. Elas propõem um plano de necessidades que foi observado como coerente com a proposta realizada, aliado a outros equipamentos que atuam no sentido de tecer a rede de proteção, como Delegacias especializadas, Hospitais da Mulher e Casas-Abrigo.

Dessa forma, a concepção de uma Casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica se deu a partir de ideais de independência e autonomia, estimulando questões de desenvolvimento pessoal e saúde emocional, a fim de promover ferramentas que propiciem um ambiente seguro. É importante visualizar o papel das Casas de Acolhimento como um suporte emergencial, a fim de, temporariamente, promover um local de segurança à vítima, longe do seu agressor. Esta é somente uma das medidas de emergência para proteção e acolhimento da mulher, não sendo este o cenário ideal, mas necessário à segurança das mulheres e seus dependentes. Reforço que retirar a mulher do seu convívio social, por muitas vezes, acaba por penalizar a vítima ao limitar a sua liberdade para realizar tarefas cotidianas, removendo-a do seu convívio social.

Desse modo, a proposta apresenta uma resposta a essa problemática ao dispor de serviços que possam ser inseridos na rotina das mulheres que possuam um local seguro para moradia, ou sejam, não necessitam residir no local, mas que sejam inseridas no contexto do acolhimento através de grupos de apoio, acompanhamento psicossocial, oficinas e vivências aos fins de semana, além de creche para o cuidado das crianças em horário comercial.

Apesar de não ser o foco deste projeto, a questão racial é uma variável que se destaca no âmbito brasileiro e alagoano ao pesquisar dados sobre violência doméstica, e não deve ser descartada nas discussões sobre o tema. Este Trabalho poderá servir de base para projetos futuros que visem um público-alvo específico, como mulheres pretas e LGBTQIAPN+. É preciso tratar da problemática da violência doméstica considerando os fatores geradores de desigualdade, e a reverberação do patriarcado nos lares brasileiros.

Além de promover a necessidade de Casas de acolhimento e abrigo, o estudo atual reforça que outros espaços destinados à visibilidade e protagonismo da mulher na sociedade precisam ser viabilizados. Representação política, independência financeira,

controle sobre o próprio corpo. São lutas ainda em curso. Sobreviver com dignidade é o primeiro passo.

9 MAQUETE ELETRÔNICA

Figura 41: Fachadas



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 42: Fachada Norte



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 43: Vista superior perspectivada



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 44: Acesso principal



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 45: Acesso principal



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 46: Vista geral da edificação



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 47: Área de convivência privada



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 48: Acesso aos dormitórios



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 49: Área externa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Figura 50: Área externa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. B. de M.; VASCONCELOS, T. B. de .; SÁ, F. E. de .; SILVA, A. S. R. da .; MACENA, R. H. M. **Violência doméstica e a Lei Maria da Penha**: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Revista Estudos Feministas*, 24(2), 521–540, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p521>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects**. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- ARCHDAILY. **Refugio para Mujeres Víctimas de la Violencia / ORIGEN 19°41' 53" N | ArchDaily en Español**. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19o41-53-n>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- AUDI, C. A. F. **Violência Doméstica na Gravidez**. São Paulo, 2007.
- BALLESTRIN, L. **Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>. Acesso em: 26 set. 2024.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. Nova Fronteira: [S. l.], 1967.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei do feminicídio**. Lei n. 13.104. 2015. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais – N.2 (2018). Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência. Brasília, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coibi a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2006.
- CARNEIRO, S. **Mulheres Negras e Violência Doméstica**: decodificando os números. 1 ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.
- CASTRO, M. G. **O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho**: notas sobre impasses teóricos. *Cad. CRH*, Salvador, n.17, p. 80-105, 1992.
- CHAKIAN, S. Lei Maria da Penha: um basta à tolerância e banalização da violência contra a mulher. *In*: Instituto Patrícia Galvão (Org.). **Violência doméstica e familiar contra a mulher – Um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019.
- FAVERIN, E.; CORRÊA, R. D.; CAROZA, R.; LIMA, F. M. F. de; MARCOMINI, I.; SOBREIRA, L.; VIDAL, A. C. U. do N. C.. **Hegemonia do patriarcado numa perspectiva etológica e outros sistemas sociais contemporâneos**. São Paulo: Psicologia USP, 2022.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública 2021. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3ª ed. 2021.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2018-2019.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. *In*: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen Diez (Coord.). **Retos teóricos y nuevas prácticas**. San Sebastián: Ankulegi, 2008, p. 214-217.

MODENA, Maura Regina (Org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educus, 2016.

ROMIO, J. A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. *In*: MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013, p. 133-158.

SAFIOTTI, H. I. B; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANEMATSU, M. Por que precisamos falar sobre a violência contra a mulher? *In*: Instituto Patrícia Galvão (Org.). **Violência doméstica e familiar contra a mulher – Um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 153-170, jun. 2010. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_RCCS_89_Cecilia_Santos.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

SECRETARIA de Assistência Social e Direitos Humanos. Superintendência de Direitos da Mulher. **Norma Técnica de Padronização para Abrigamento e Funcionamento das Casas-abrigo do Estado do Rio de Janeiro**. 2011.

SECRETARIA de Estado da Segurança Pública de Alagoas. Governo do Estado de Alagoas. **Mapa da violência contra a mulher em Alagoas, 2021**. 2022.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres – Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília, 2011.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs)**. Brasília, 2010.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres. Presidência da república. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2005.

SECRETARIA Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de atendimento à mulher em situação de violência**. Brasília, 2006.

SECRETARIA Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Rede de Atendimento de Direitos Humanos. Prefeitura de São Paulo. **Manual de Atendimento: Casas de acolhimento para mulheres em situação de violência (Casa Abrigo e Casa de Passagem)**. 2021.

SECRETARIA Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

SENADO Federal. **Processo de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres**. Ciclo de Avaliação 2019/2020. Brasília, 2021.

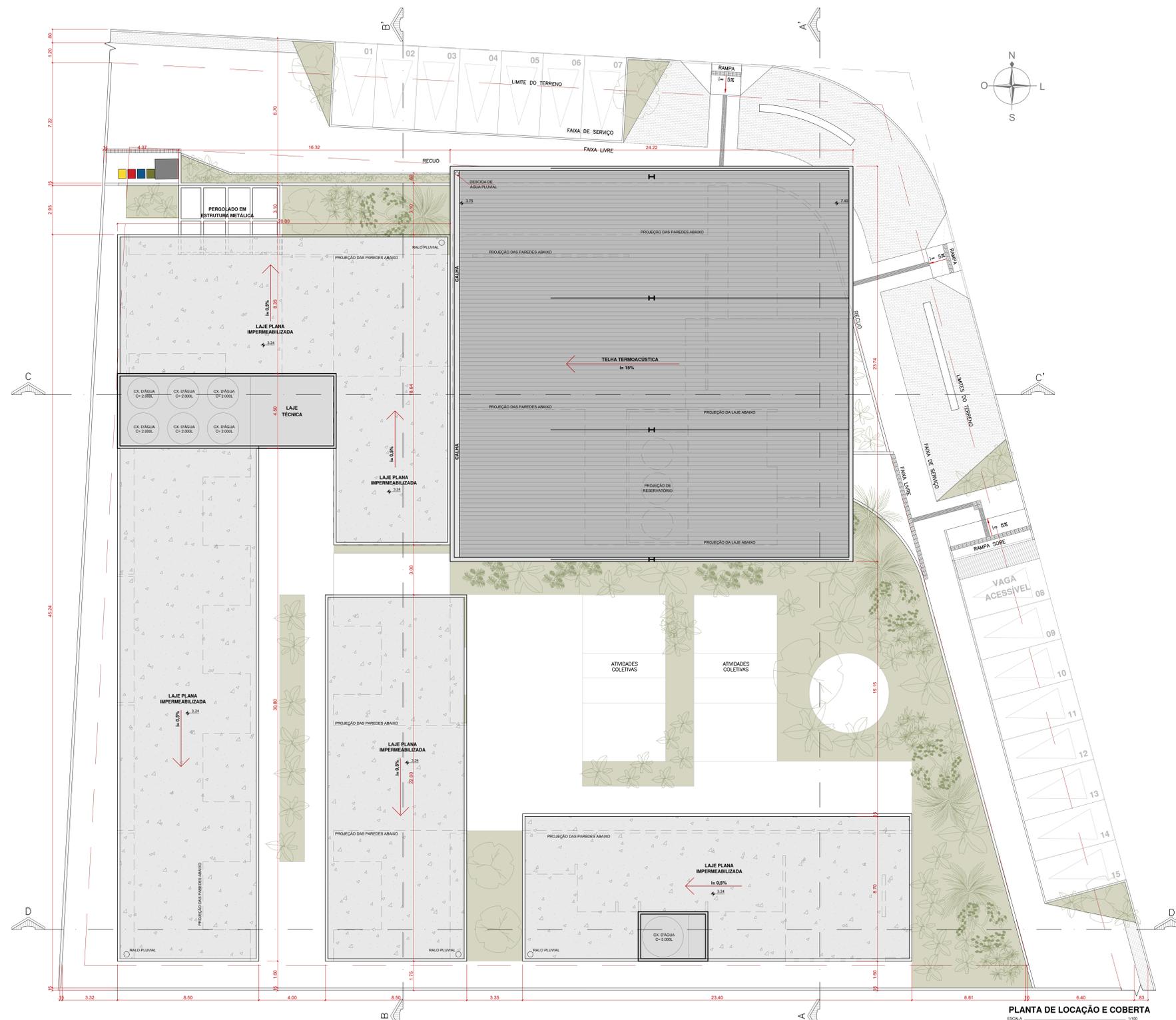
SILVA, Bárbara Amaral da. **A construção argumentativa da Mulher V: um modelo a ser seguido**. [S. l.], 2015.

UNFPA. **Conheça as leis e os serviços que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero**. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/conheca-leis-e-os-servicos-que-protegem-mulheres-vitimas-de-violencia-de-genero>. Acesso em: 11 jun. 2022.

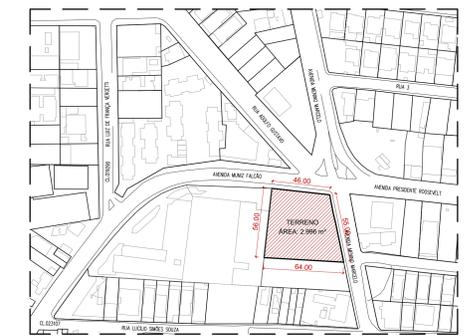
UN WOMEN. **Virtual Knowledge Centre to End Violence against Women and Girls**. Tradução livre. Disponível em: <https://www.endvawnow.org/en/articles/1369-forms-of-shelter-and-alternative-accommodation-.html>. Acesso em: 11 jun. 2022.

APÊNDICE

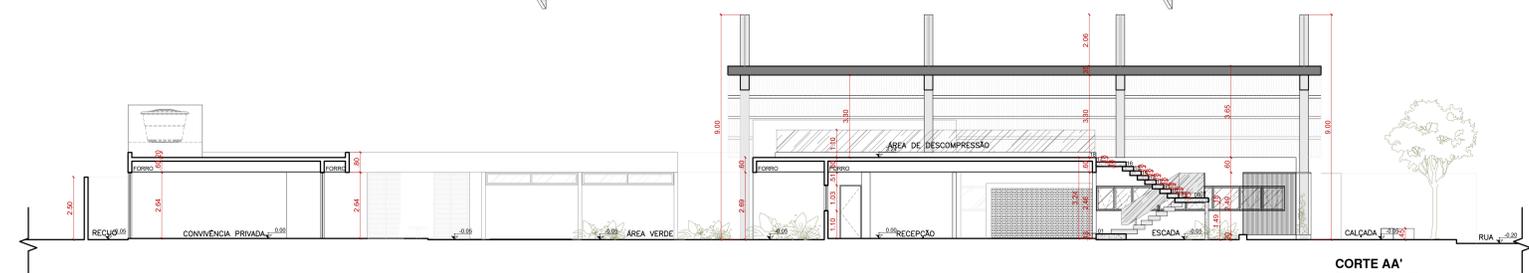
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO



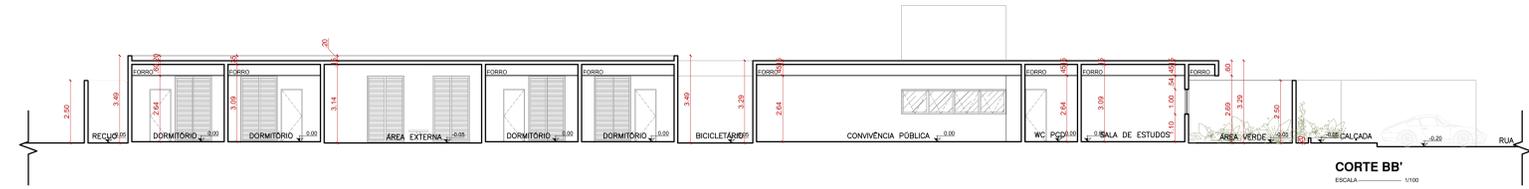
PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTURA
ESCALA 1:1000



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1:2000



CORTE AA'
ESCALA 1:1000



CORTE BB'
ESCALA 1:1000

OBSERVAÇÕES:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

LUGAR DE MULHER: casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

Autor: Camila Silva Tavares
Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque

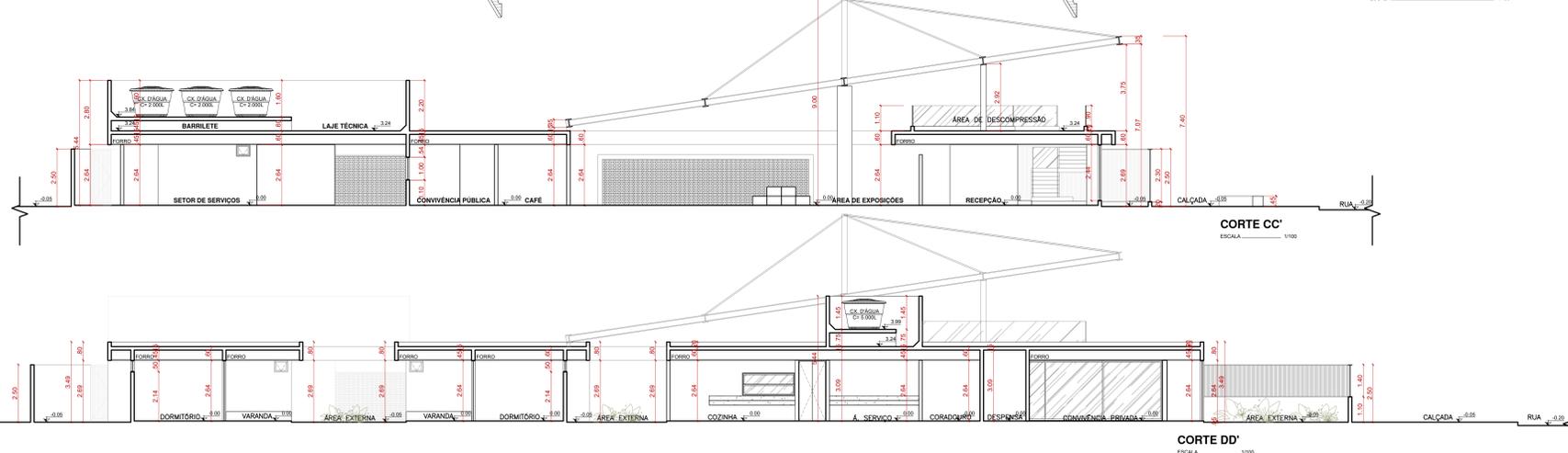
Área do Terreno: 2.996m²
Área Const. Pavimento Térreo: 1515,50m²
Área Const. Pavimento Superior: 132,50m²
Área total Construída: 1648m²

Descrição: Planta de Situação; Planta de Locação e Coberta; Corte AA' e Corte BB'.
Data: Agosto/2024.

Taxa de Ocupação: 51 %
Escala: Indicado



PLANTA BAIXA | TÉRREO
ESCALA: 1/100



CORTE CC
ESCALA: 1/100

CORTE DD
ESCALA: 1/100

| Legenda de Portas | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|-------------------|---|----------|-------------|------------|--------------|--------|
| P01 | Porta em ACM na cor Bronze (2 FOLHAS) | Giro 90° | 2,40 | 2,64 | --- | 01 |
| P02 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | Comer | 5,20 | 2,64 | --- | 01 |
| P03 | Porta em ACM na cor Bronze (4 FOLHAS) | Comer | 7,60 | 2,64 | --- | 02 |
| P04 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (8 FOLHAS) | Comer | 12,60 | 2,64 | --- | 01 |
| P05 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (3 FOLHAS) | Comer | 7,45 | 2,64 | --- | 02 |
| P06 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (3 FOLHAS) | Comer | 6,00 | 2,64 | --- | 01 |
| P07 | Kit Porta Pronta na cor Branca | Giro 90° | 0,76 | 2,13 | --- | 06 |
| P08 | Kit Porta Pronta na cor Branca | Giro 90° | 0,86 | 2,13 | --- | 26 |
| P09 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,46 | 2,64 | --- | 01 |
| P10 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,20 | 2,64 | --- | 01 |
| P11 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (2 FOLHAS) | Comer | 1,50 | 2,64 | --- | 12 |
| P12 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,00 | 2,64 | --- | 01 |
| P13 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (1 FOLHA) | Giro 90° | 0,90 | 2,64 | --- | 03 |

| Legenda de Janelas | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|--------------------|---|-----------|-------------|------------|--------------|--------|
| J01 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Comer | 4,00 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J02 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (8 FOLHAS) | MAXIM -AR | 7,55 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J03 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | MAXIM -AR | 7,80 | 1,00 | 1,10 | 02 |
| J04 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | Comer | 7,50 | 0,50 | 2,14 | 02 |
| J05 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | MAXIM -AR | 4,20 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J06 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | MAXIM -AR | 6,00 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J07 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (2 FOLHAS) | Comer | 2,50 | 1,00 | 1,10 | 04 |
| J08 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (4 FOLHAS) | Comer | 4,60 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J09 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (1 FOLHAS) | MAXIM -AR | 0,60 | 0,50 | 2,14 | 17 |
| J10 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Comer | 3,70 | 0,50 | 2,14 | 12 |
| J11 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | Comer | 6,80 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J12 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Gaúthina | 2,30 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J13 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | Comer | 7,55 | 2,44 | 0,20 | 01 |

| Legenda de Elemento vazado | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|----------------------------|--------------------------------|------|-------------|------------|--------------|--------|
| E01 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 9,00 | 2,00 | --- | 01 |
| E02 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 7,70 | 2,00 | --- | 01 |
| E03 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 3,10 | 2,00 | --- | 01 |
| E04 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 2,50 | 3,00 | --- | 01 |

| Legenda de Guarda-Corpo | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|-------------------------|--------------------------------|------|-------------|------------|--------------|--------|
| G01 | Guarda-corpo em vidro laminado | Fixo | 40,00 | 0,90 | 0,20 | 01 |

OBSERVAÇÕES:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

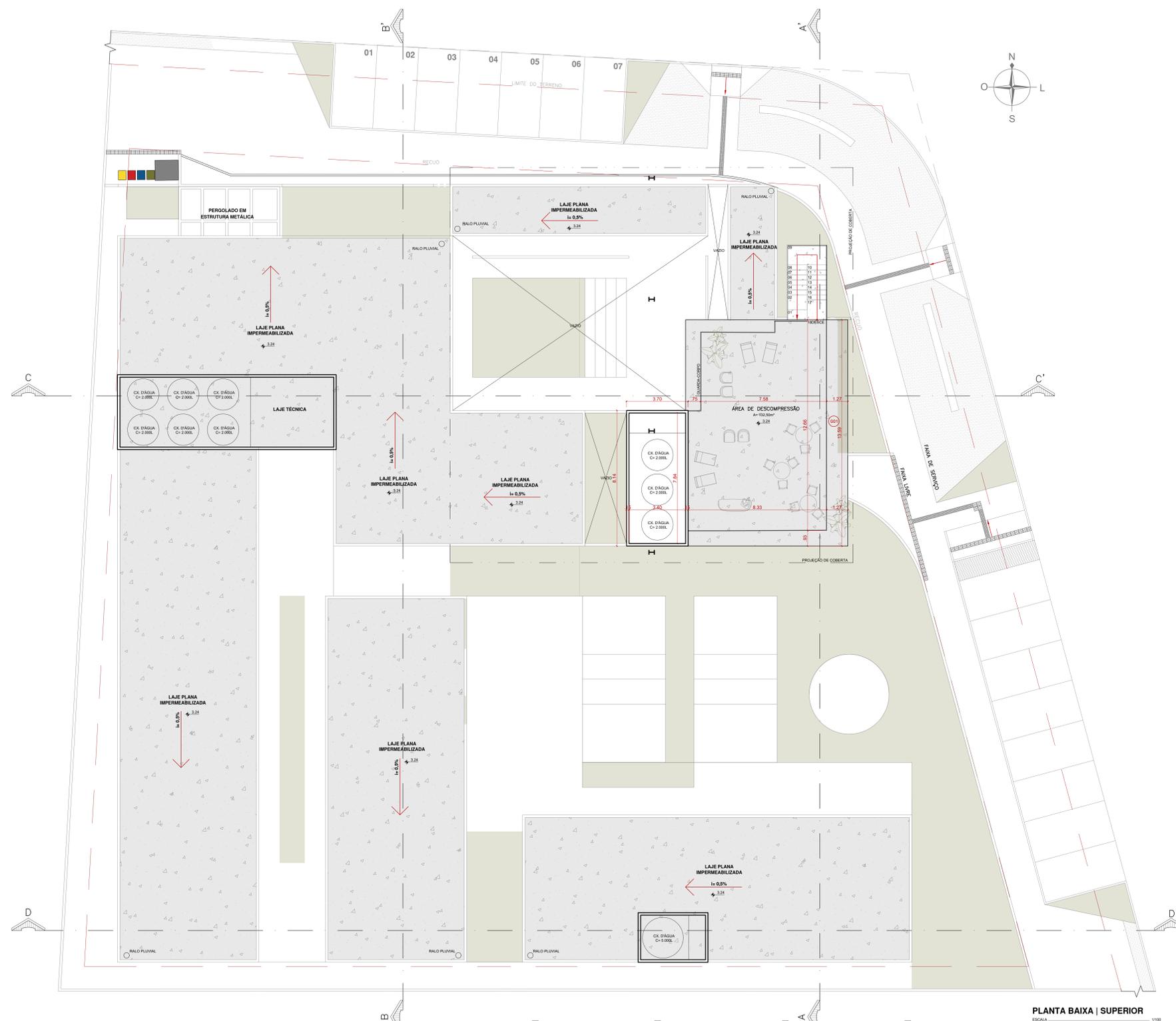
LUGAR DE MULHER: casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

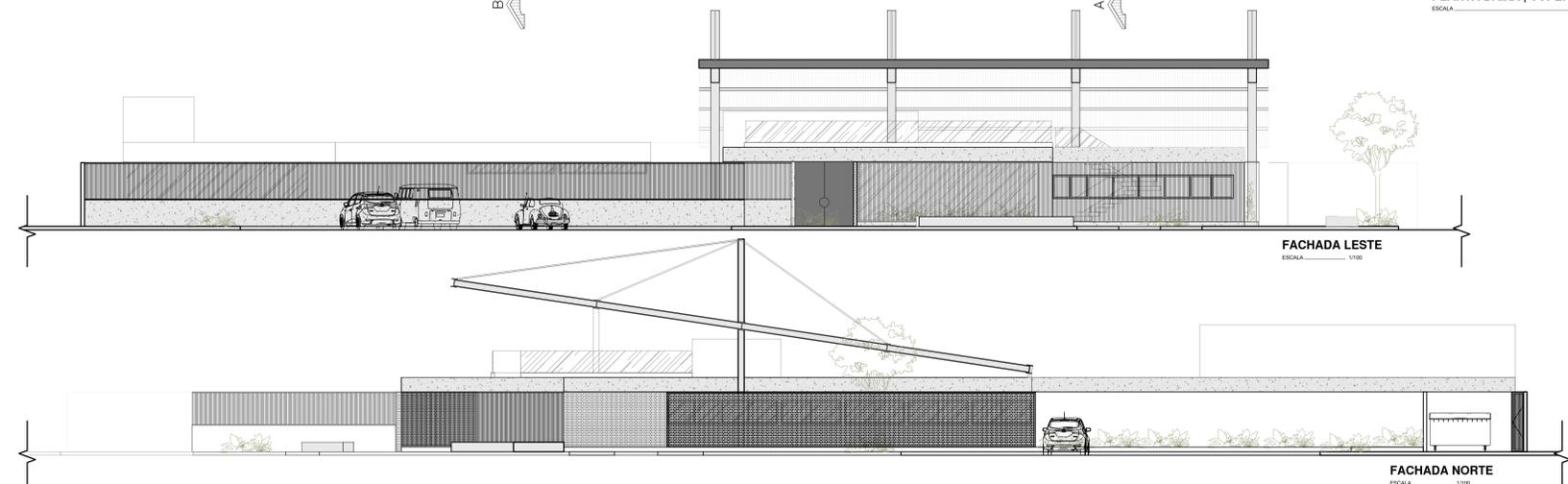
Autor: Camila Silva Tavares
Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque
Área do Terreno: 2.996m²
Área Const. Pavimento Térreo: 1515,50m²
Área Const. Pavimento Superior: 132,50m²
Área total Construída: 1648m²

Descrição: Planta Baixa | Térreo;
Corte CC;
Corte DD;
Taxa de Ocupação: 51%

Data: Agosto/2024.
Revisão: 01
Escala: 1/100



PLANTA BAIXA | SUPERIOR
ESCALA 1/100



FACHADA LESTE
ESCALA 1/100

FACHADA NORTE
ESCALA 1/100

| Legenda de Portas | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|-------------------|---|----------|-------------|------------|--------------|--------|
| P01 | Porta em ACM na cor Bronze (2 FOLHAS) | Giro 90° | 2,40 | 2,04 | --- | 01 |
| P02 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | Comer | 5,20 | 2,64 | --- | 01 |
| P03 | Porta em ACM na cor Bronze (4 FOLHAS) | Comer | 7,60 | 2,64 | --- | 02 |
| P04 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (8 FOLHAS) | Comer | 12,60 | 2,64 | --- | 01 |
| P05 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (3 FOLHAS) | Comer | 7,45 | 2,64 | --- | 02 |
| P06 | Porta em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (3 FOLHAS) | Comer | 6,00 | 2,64 | --- | 01 |
| P07 | Kit Porta Pronta na cor Branca | Giro 90° | 0,76 | 2,13 | --- | 06 |
| P08 | Kit Porta Pronta na cor Branca | Giro 90° | 0,86 | 2,13 | --- | 26 |
| P09 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,46 | 2,64 | --- | 01 |
| P10 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,20 | 2,64 | --- | 01 |
| P11 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (2 FOLHAS) | Comer | 1,50 | 2,64 | --- | 12 |
| P12 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (2 FOLHAS) | Giro 90° | 1,00 | 2,64 | --- | 01 |
| P13 | Porta em Alumínio na cor Bronze 1002 - com veneziana (1 FOLHA) | Giro 90° | 0,90 | 2,64 | --- | 03 |

| Legenda de Janelas | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|--------------------|---|-----------|-------------|------------|--------------|--------|
| J01 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Comer | 4,00 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J02 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (8 FOLHAS) | MAXIM -AR | 7,55 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J03 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | MAXIM -AR | 7,80 | 1,00 | 1,10 | 02 |
| J04 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | Comer | 7,50 | 0,50 | 2,14 | 02 |
| J05 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | MAXIM -AR | 4,20 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J06 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | MAXIM -AR | 6,00 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J07 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (2 FOLHAS) | Comer | 2,50 | 1,00 | 1,10 | 04 |
| J08 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 - com película jateada (4 FOLHAS) | Comer | 4,60 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J09 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (1 FOLHAS) | MAXIM -AR | 0,60 | 0,50 | 2,14 | 17 |
| J10 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Comer | 3,70 | 0,50 | 2,14 | 12 |
| J11 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (6 FOLHAS) | Comer | 6,80 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J12 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (2 FOLHAS) | Gaúthina | 2,30 | 1,00 | 1,10 | 01 |
| J13 | Janela em Vidro e Alumínio na cor Bronze 1002 (4 FOLHAS) | Comer | 7,55 | 2,44 | 0,20 | 01 |

| Legenda de Elemento vazado | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|----------------------------|--------------------------------|------|-------------|------------|--------------|--------|
| E01 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 9,00 | 2,00 | --- | 01 |
| E02 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 7,70 | 2,00 | --- | 01 |
| E03 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 3,10 | 2,00 | --- | 01 |
| E04 | Parede em tijolo batido vazado | Fixo | 2,50 | 3,00 | --- | 01 |

| Legenda de Guarda-Corpo | | Tipo | Largura (m) | Altura (m) | Peitoril (m) | Quant. |
|-------------------------|--------------------------------|------|-------------|------------|--------------|--------|
| G01 | Guarda-corpo em vidro laminado | Fixo | 40,00 | 0,90 | 0,20 | 01 |

OBSERVAÇÕES:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

LUGAR DE MULHER: casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica em Maceió-AL.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

Autor: Camilla Silva Tavares
Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque
Área do Terreno: 2.996m²
Área Const. Pavimento Térreo: 1515,50m²
Área Const. Pavimento Superior: 132,50m²
Área total Construída: 1648m²

Descrição: Planta Baixa | Superior; Fachada Leste; Fachada Oeste.
Taxa de Ocupação: 51 %

Data: Agosto/2024.
Revisão: 01
Escala: 1/100